

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDA REIS AUGUSTO DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:
discussões pertinentes à atuação profissional**

Florianópolis - SC

2011

FERNANDA REIS AUGUSTO DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:
discussões pertinentes à atuação profissional**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de Serviço
Social do Centro Sócio-Econômico da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientado pelo Prof. Dr. Pedro Simões.

Florianópolis - SC

2011

FERNANDA REIS AUGUSTO DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:
discussões pertinentes à atuação profissional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, avaliado e aprovado pela Comissão Examinadora integrada pelos membros:

Prof. Dr Pedro Simões
Orientador

Prof^a. Dr^a. Roselane Fátima Campos
1^o examinadora

Prof^a. Dr^a. Helenara Fagundes
2^a examinadora

**Florianópolis - SC
2011**

Se não tentarmos, não faremos, e se não fizermos, por que estamos aqui?

Thomas S. Monson

Agradecimentos

A graduação não é um momento fácil, porém esperado por muitos. Para mim não foi diferente. Esses quatro anos passaram muito rápido, porém as transformações causadas em minha vida serão duradouras. Agora que finalizo esta primeira etapa da minha formação profissional, olho para trás e vejo que não estive sozinha durante os meus 22 anos de vida, especialmente, nos últimos quatro anos referentes à minha graduação na UFSC.

Por isso, em primeiro lugar, agradeço ao meu Pai Celestial pelo amparo, pelo amor, pelas oportunidades de crescer em todas as adversidades.

Agradeço ao meu pai Augusto por ser meu exemplo de força, persistência e paciência; à minha mãe Elizabeth, por me incentivar ao longo de toda a minha vida, por ser meu exemplo de dedicação e criatividade. Às minhas irmãs Raphaela e Camilla, por serem minhas melhores amigas e admiradoras, companheiras de todos os momentos, desde sempre. Eu amo vocês, meus exemplos!

A Jeferson Cavalheiro, meu cunhado querido, meu muito obrigada por todas as risadas, incentivos, filmes, pipocas, massagens e preocupação. Com certeza, sem a sua ajuda, esses quatro anos teriam sido menos felizes.

A Cátia Cavalheiro, por ser uma das mães que ganhei em Florianópolis, por seus cuidados, amor e carinho sinceros.

Agradeço com os olhos marejados ao irmão de coração Everton, por ser um amigo tão leal e de longas datas. Eu te amo, *honey*!

Às amigas e quase irmãs Pamela e Anna Geórgia, por fazerem parte integral dessa minha trajetória, mesmo à distancia. Vocês são as melhores e palavras não são suficientes para dizer o quanto.

Às amigas, presentes da vida em Floripa, Ábada, Índia, Aninha e Alice, Audecy (mainha), Nathalia, Maria Clara, Thaís Ribas, Thaís Soares, Joana, Daiane, Moara, Rafaela e Mariana, pelas risadas, companhia, amor, confiança, e especialmente, por não me deixarem desistir! Em especial à Silvia pela amizade, companheirismo e por ter me ajudado a formatar o TCC.

Aos meus amigos, Jullyan, Diego, Gustavo, Andrei e Davi, por em momentos especiais terem se mostrado um apoio fundamental para mim. Talvez vocês nem percebam o bem que fazem só de conversar sobre qualquer coisa, a qualquer hora. Obrigada.

Ao meu queridíssimo e amado João, por seu amor, dedicação, esperança, e por me lembrar sempre de quem eu sou. Você é parte desse trabalho, desses anos de graduação, e principalmente da minha vida.

Meu muitíssimo obrigada à professora Roselane Campos, por ter me ajudado a despertar o interesse pela política de educação, e por além de ter se mostrado uma excelente professora, ser também um apoio emocional, um conforto e uma amiga que se tornou preciosa.

À professora Luciana Zucco por sua supervisão de estágio, por sua compreensão e apoio neste último ano de graduação, e por ter me oportunizado a ótima orientação de TCC com o professor Pedro Simões. A vocês dois, os meus sinceros agradecimentos.

Obrigada, Juliana e Tiago Losso, por me proporcionarem alegria, boas conversas e a oportunidade de conhecer e me afeiçoar ao filho de vocês, Caio, que foi e é meu *xodozinho*.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, ao Departamento de Serviço Social e aos seus professores pela formação acadêmica e pessoal proporcionada.

Um agradecimento especial ao assistente social e supervisor de estágio Tranqüilo Fiametti, por seu infinito apoio, preocupação, incentivo, paciência, pelas experiências e por me dar a oportunidade de vivenciar a profissão que escolhi com a liberdade de opinar. Ao assistente social Carlos Magno, também pela paciência e apoio, pelas conversas e por compartilhar suas experiências profissionais e pessoais. Foi o melhor estágio que eu poderia ter. Muito obrigada.

Aos meus colegas que participaram comigo da gestão Aurora Estudantil do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (2009-2010), pelas experiências, amizades, aprendizado e crescimento.

Os demais colegas e amigos, que por fatalidade de uma memória atualmente fraca não consegui lembrar os nomes no momento, não deixam de ser importantes e parte desta conquista. Obrigada, obrigada, obrigada.

SILVA, Fernanda Reis Augusto da. **Serviço Social e Educação: discussões pertinentes à atuação profissional**. 2011. 76f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar a inserção do Serviço Social na área educacional, tendo como base um levantamento bibliográfico da área, bem como a experiência de estágio numa instituição privada de ensino básico. Essa problematização busca levantar elementos para pensar o Serviço Social frente à política educacional, e dentro do âmbito escolar, discorrendo sobre a trajetória da educação como política pública e suas particularidades no Brasil. O principal questionamento feito é o papel do profissional dentro das instituições de ensino, discorrendo sobre as dimensões de trabalho assistencial e educativo, como possibilidades de atuação nas escolas. Então, este trabalho conclui que são muitas as possibilidades de atuação do Serviço Social no âmbito escolar que vão além do trabalho assistencial, podendo contribuir no projeto político-pedagógico da escola.

Palavras-chaves: Serviço Social, Educação, Política Educacional, Serviços Socioeducativos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO CATARINENSE.....	13
2.1	O Colégio Catarinense.....	13
2.2	A Pedagogia Inaciana.....	15
2.3	A Ação Assistencial no Colégio Catarinense.....	18
2.4	O Serviço Social e as Políticas Assistenciais.....	21
3	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	28
3.1	A Educação como Política Pública.....	29
3.2	O Serviço Social na Educação.....	36
4	REPENSANDO A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

Durante toda a graduação em Serviço Social, ficou claro o vasto campo de atuação profissional. A grande maioria das discussões sobre a ação profissional está em campos como criança e adolescente, famílias, assistência social, previdência social, área judicial, entre outros. Porém, a educação, um campo que tem interseção com a maioria dessas áreas de trabalho, é pouco abordado e não é reconhecido atualmente como campo efetivo de atuação de assistentes sociais, apesar deste não ser um debate novo.

Segundo o CFESS (2011), esse debate no Brasil vem desde a década de 1930. Há registros de projetos de lei do início dos anos 1970 e meados dos anos 1980 para regulamentar a inserção de assistentes sociais nas escolas. A partir da análise do CFESS desses projetos de lei, foi observado que tanto esses projetos de lei mais antigos, como os mais recentes, situados nesta última década, apresentam um universo bastante diversificado de argumentos para a inserção do Serviço Social nas escolas. Assim, a entidade identificou a necessidade de um parecer sobre esses projetos de lei, visto que o campo de atuação existe, há demanda, porém a produção teórica não supre essa demanda profissional.

Essa discussão vem se configurando, ao longo da história de constituição da profissão, como demanda constante e crescente aos profissionais de Serviço Social, produzida com significativos e importantes avanços, porém, permeada ainda por inúmeras dificuldades e incertezas, sobretudo no que se refere à forma de inserção na Política Social de Educação e à socialização do debate acumulado entre a categoria. [...] Adensando a discussão nesta área e a consolidação gradativa deste campo de atuação, podemos verificar que em muitos estados as particularidades da intervenção do Serviço Social na Educação ganharam destaque nos espaços de organização e na agenda de nossa categoria profissional, especialmente no conjunto CFESS/CRESS, dando origem às Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e discussões, debates e proposições nos Encontros Nacionais da categoria. (CFESS, 2011, p. 3-4).

Com o aumento da visibilidade da discussão sobre educação no meio do Serviço Social, tive o interesse de pesquisar mais sobre a área e de me inserir num campo de estágio que estivesse relacionado. Porém, encontrar um campo estágio que estivesse diretamente ligado à política educacional foi difícil, no entanto consegui me inserir numa escola de natureza privada onde o Serviço Social faz um trabalho de concessão de bolsas de estudos a alunos com um determinado índice de carência, o Colégio Catarinense.

O campo de estágio exigiu certo conhecimento da política educacional e a partir disso, fiz um algumas leituras a respeito da história da educação no Brasil e também do trabalho do Serviço Social nas escolas, baseada nas referências bibliográficas da disciplina optativa de “Atividades Complementares: Serviço Social e Educação”.

Foi a partir dessas leituras iniciais que o tema Serviço Social e Educação passou a ser foco do meu trabalho de conclusão de curso, tendo como principal objetivo refletir sobre o papel do Serviço Social nas escolas, qual dimensão do trabalho a ser desenvolvido: assistencial, educativo ou ambos?

Este questionamento também surgiu a partir da experiência de estágio, ao visualizar possibilidades de atuação que estão dentro de ambas as dimensões citadas acima.

Desta forma, para a construção deste trabalho, busquei estudar sobre a escola em que me inseri como estagiária, a fim de compreender as demandas da mesma para o Serviço Social. O resultado encontra-se explicitado no capítulo 1, onde faço um resgate histórico da instituição, abordo um pouco de sua filosofia e do projeto de trabalho para os assistentes sociais da escola. Este movimento me permitiu a compreensão das especificidades do trabalho dos assistentes sociais dentro do Colégio Catarinense, dando horizonte para reflexões e propostas.

Posteriormente, fiz um levantamento bibliográfico sobre Serviço Social e Educação, para saber qual o debate profissional a respeito do campo e quais as funções que os autores colocam como responsabilidades para o profissional. Um apanhado geral das idéias expostas na bibliografia lida foi feito no capítulo 2. Esse levantamento bibliográfico foi feito a partir de uma base bibliográfica da disciplina de “Atividades Complementares: Serviço

Social e Educação” e das referências contidas nos textos utilizados na disciplina. Assim, o levantamento foi feito a partir das referências bibliográficas de textos base do Assistente Social Ney Luiz Teixeira de Almeida¹, resultando nos textos lidos para este trabalho. Com esse levantamento bibliográfico, percebi que a bibliografia é auto-referida, ou seja, os autores citam uns aos outros, e também os seus próprios textos anteriores. Isso sinaliza a pouca, embora crescente, produção nessa área de atuação do Serviço Social.

Considerando tanto a atuação profissional no campo de estágio, como o que diz a bibliografia estudada, no capítulo 3 faço algumas propostas de atuação para os assistentes sociais do Colégio Catarinense, buscando explorar as possibilidades de atuação tanto na dimensão da assistência, mas principalmente, na dimensão educativa.

Com o foco na dimensão educativa, pude vincular a dimensão política da profissão nas propostas para o Serviço Social do Colégio Catarinense, levando em consideração as atividades oferecidas pela escola, e as possibilidades de inserção em tais espaços. Estas propostas incorporam o debate da bibliografia estudada, porém dentro de um cenário privado, o que não faz parte do foco da produção bibliográfica. Sendo assim, as propostas feitas caminham no sentido de ampliação do espaço que os profissionais ocupam atualmente dentro da escola, buscando ir além das atividades de cunho assistencial correspondentes ao acesso ao programa de bolsas de estudos.

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo explicitar a importância do debate da política de educação para o Serviço Social, e da inserção do mesmo no campo educacional, questionando qual o real papel do profissional no âmbito escolar, e quais contribuições são possíveis e desejáveis a partir do acúmulo teórico e da historicidade da profissão.

¹Ney Luiz Teixeira de Almeida é Assistente Social e professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Mestre e Doutor em Educação pela UFF.

2 O SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO CATARINENSE

Esse capítulo descreve a experiência no campo de estágio, situando a instituição de ensino jesuíta, o Colégio Catarinense e a ação do Serviço Social dentro da mesma.

Neste sentido, o capítulo aborda, inicialmente, uma descrição institucional considerando a sua natureza privada e de cunho religioso, inserido em uma rede de colégios e universidades da mesma natureza. Em seguida, abordo a filosofia adotada pela Companhia de Jesus, a Pedagogia Inaciana, percorrendo sobre alguns princípios inacianos que se materializam no Projeto Político-Pedagógico da escola, e na estrutura organizacional também. Por fim, nos dois últimos itens deste capítulo são abordadas as políticas de ações assistenciais que são aplicadas no Colégio Catarinense e executadas pelo Serviço Social. Assim, também procuro discutir a ação profissional dentro da instituição, a partir do trabalho demandado pela mesma aos assistentes sociais.

2.1 O Colégio Catarinense

O Colégio Catarinense é uma instituição católica de ensino da Companhia de Jesus, que foi fundada por Santo Inácio de Loyola e um pequeno grupo de amigos, em 1540, em Roma. Em 1548, os Jesuítas abriram o primeiro colégio da ordem em Medina, na Itália, “sob a convicção de que a formação cristã teria um impacto decisivo sobre o modo de ser dos estudantes e sobre sua visão de mundo”. (Projeto Político Pedagógico – Colégio Catarinense, 2011 p.3).

Seguindo ordens diretas do rei Dom João III, o governador-geral, Tomé de Sousa, chegou ao Brasil em 1549 trazendo vários padres jesuítas que deveriam propagar a fé católica. Fundando colégios e missões pelo litoral e interior do Brasil, os jesuítas passaram a não só tratar da conversão dos nativos, mas também a administrar as principais instituições de ensino

da época e auxiliar os mais importantes órgãos de administração e controle da metrópole.

Assim, no Brasil, os jesuítas se dedicaram principalmente à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Sabiam que para pregar e disseminar o cristianismo precisavam ensinar os índios a ler. Então, da Bahia, a obra jesuítica estendeu-se para o sul e, em 1570, já era composta por cinco escolas de instrução elementar e três colégios.

Os jesuítas não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia, mas trouxeram também os métodos de ensino.

Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loyola, o *Ratio Studiorum*. Eles não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar, mantinham cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. (BELLO, 2001, p.57).

Mesmo com o apoio oficial de Portugal, houve conflitos que envolveram os jesuítas e os colonizadores. Nos primeiros anos da colonização, a dificuldade para se obter mão de obra escrava oriunda da África fez com que vários colonos procurassem a força de trabalho compulsória dos índios. Os jesuítas se opuseram a tal prática, já que a transformação dos índios em escravos dificultava significativamente o trabalho de evangelização.

Na segunda metade do século XVIII, a presença dos jesuítas no Brasil sofreu um duro golpe. Em 1759, o influente ministro Marquês de Pombal decidiu que os jesuítas deveriam ser expulsos do Brasil por conta da grande autonomia política e econômica que conseguiam com a catequese, dificultando o trabalho escravo com índios.

O primeiro colégio jesuíta em Santa Catarina foi em 1751, onde atualmente funciona o prédio dos Correios e Telégrafos. Porém só em 1905, por intercessão do governador Vidal Ramos, depois que os jesuítas conseguiram retornar ao Brasil em 1845, eles se firmaram no estado,

criando oficialmente o colégio em Florianópolis (na época, Ilha do Desterro) em 30 de agosto de 1905. Foi criado então, pela Lei Estadual nº 669 de 30 de agosto de 1905, o Ginásio Santa Catarina, que entrou em funcionamento em 1906 com 176 alunos, sendo 56 em regime de internato e 120 como externos. O Ginásio não contava com sede própria, funcionando na casa de moradia do Governador na então Vila dos Pamplonas, onde mais tarde, os jesuítas adquiriram a casa e toda a área, passando a ser construído o atual Colégio Catarinense. Somente em 1970 que o Colégio abre as portas para o ingresso de estudantes do sexo feminino.

Estabelecido o Colégio, sua proposta pedagógica, isto é, a forma de ensinar do Colégio foi construída fundamentada nos princípios da Pedagogia Inaciana, assim como todas as instituições de ensino da Ordem Jesuíta. O Projeto Político-Pedagógico do Colégio Catarinense apresenta um processo de educação fundamentado no humanismo social de inspiração cristã e na ética da solidariedade, permeada pela espiritualidade inaciana. Os pressupostos teológicos, filosóficos, metodológicos e pedagógicos norteiam também toda a dinâmica institucional.

2.2 A Pedagogia Inaciana

A Pedagogia Inaciana é centrada no homem. O tipo de homem surge de uma visão de Deus e uma visão de mundo que situam o ser humano e o orientam em sua vida. Segundo Fuentes (1999), dentro da pedagogia jesuíta a educação tem sido aplicada com o intuito de “formar o homem para os outros; o homem consciente, compassivo, competente; o homem imbuído do humanismo social.”

A pedagogia inaciana é o caminho pelo qual os professores acompanham os alunos em seu crescimento e desenvolvimento. Conforma já explicitado, inclui uma perspectiva do mundo, da vida, de Deus e uma visão específica da pessoa humana ideal que se pretende formar. É um processo consciente e dinâmico, no qual cada um dos passos se integra de tal modo que se afetam mutuamente e

interagem durante todo o processo, promovendo assim um crescimento constante nas pessoas ou grupos de pessoas e instituições, afetando sempre, de alguma forma, a realidade envolvida. (FUENTES, 1999, p. 4).

De forma esquemática, pode-se sintetizar o Paradigma Inaciano a partir de cinco elementos (Projeto Político Pedagógico – Colégio Catarinense, 2011 p.5): contexto, experiência, reflexão, ação e avaliação.

O elemento contexto tem o sentido de situar-se na realidade, especialmente do aluno e do ambiente institucional, percebendo os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, morais, entre outros, que constituem e condicionam a observação e sua reconstituição dos fatos e da vida.

A experiência tem o sentido de estabelecer relações. Ligações e religações entre o novo, que se quer conhecer, com o que é conhecido. Produz assim, sentimentos e abertura, novos conhecimentos, especialmente espirituais.

Em seguida, a reflexão, que se refere a apresentação e reflexão de conceitos, de verdades reveladas, descobertas ou construídas para assimilar e produzir novos conhecimentos. Estabelecer conexões entre as percepções tidas na aprendizagem e na compreensão científica.

O elemento da ação sinaliza mais que uma ação pela ação, é um agir intencional, relacionado aos valores e ao sentido da vida. Supõe retornar à realidade experimentada para atuar sobre ela. É o agir que dá sentido libertador à vida.

Por fim, a avaliação articula necessariamente o contexto, a experiência, a reflexão e a ação. Avaliar, na Pedagogia Inaciana, tem um sentido específico: significa examinar/examinar-se. Revisão do processo para a verificação do crescimento e automotivação, baseado em valores próprios ligados à honestidade e humanidade, buscando a consciência e responsabilidade das ações.

Sendo assim, o Paradigma Inaciano da experiência, reflexão, ação e avaliação, influencia diretamente no processo de ensino-aprendizado do Colégio:

O Paradigma Inaciano, experiência, reflexão, ação, sugere uma multidão de caminhos pelos quais os professores poderiam acompanhar seus alunos e facilitar-lhes a aprendizagem e amadurecimento, fazendo-os encarar a verdade e o sentido da vida. É um Paradigma que pode fornecer resposta muito adequada aos problemas educativos por nós hoje enfrentados, e ter a capacidade intrínseca de ultrapassar o meramente teórico e chegar a ser um instrumento prático e eficaz no sentido de efetuar mudança em nossa maneira de ensinar e na de os nossos alunos aprenderem. (Pedagogia Inaciana, 1993, p. 38).

A estratégia pedagógica se materializa no Projeto Político-Pedagógico da escola por meio de múltiplas ações que podem ser chamadas de programas que apresentam princípios, valores significativos e hábitos para a formação integral. Estes entram em conformidade com os chamados temas ou conteúdos transversais previstos no currículo nacional, que, embora possam ser abordados em programas específicos, devem ser contemplados em todas as disciplinas.

Assim, a proposta é proporcionar formação de afetividade, de liberdade e autonomia, formação social, religiosa e espiritual.

Liberdade e autonomia. Em termos educacionais significa que o aluno deve ter liberdade para escolha do trabalho que vai realizar; para determinação do nível de profundidade em cada tema; para uso dos materiais à sua disposição; para localização dentro dos espaços permitidos para trabalhar, etc. Em outras palavras, que o aluno seja capaz de se comprometer e se dar. (...) O aluno não é um ouvinte passivo ou receptor do conhecimento do professor. A nossa proposta é marcada por uma construção do conhecimento e uma aprendizagem com base na atividade acadêmica e pedagógica contínua e dinâmica. (FUENTES, 1999, p. 6).

Ainda com embasamento na Pedagogia Inaciana, de uma educação humanística, no Projeto Político-Pedagógico da escola são explicitadas as prioridades educativas como valorização da vida, relacionamento com a família e comunicação interna e externa.

No tocante à valorização da vida, o Colégio busca proporcionar “um ambiente escolar onde se valoriza, sobretudo, o bem-estar humano, espiritual e social das pessoas” (Projeto Político Pedagógico – Colégio

Catarinense, 2011 p.5), abordando em atividades com os alunos, temáticas como violência, drogas, cyber cultura, consciência ambiental, bem-estar e ambiente escolar.

A Pedagogia Inaciana propõe que “só pode haver coerência entre os valores promovidos no colégio e os que são vividos em família à medida que houver um relacionamento pessoal e institucional” (Projeto Político Pedagógico – Colégio Catarinense, 2011 p.6) entre a escola e a família, respeitando as especificidades de ambas. Assim, a comunicação externa e interna torna-se essencial tanto no quadrante administrativo e pedagógico interno, quanto para o relacionamento institucional externo, com ênfase na família e fornecedores.

2.3 A Ação Assistencial no Colégio Catarinense

O Colégio Catarinense faz parte de uma rede de colégios jesuítas, organizada a partir da Associação Antonio Vieira (ASAV), que tem o título de Entidade Beneficente de Assistência Social, adquirido a partir do cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 12.101/2009:

Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei.

Essa lei prevê isenção fiscal para essas entidades beneficentes de assistência social, ou seja, os impostos referentes à contribuição patronal da previdência social não são recolhidos para o Estado, mas permanecem na escola para a prestação de serviços na educação, sujeito à fiscalização e prestação de contas anual da utilização desse recurso. As entidades filantrópicas ligadas à educação são obrigadas a comprovar, que pelo menos 20% da sua receita base-anual, são aplicadas em gratuidade.

Porém, o Colégio Catarinense, antes dessa lei, já possuía o título de entidade filantrópica, também com isenção fiscal, utilizando os recursos em projetos destinados à assistência social, tendo como matriz a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que determina as condições gerais para a habilitação à isenção da cota patronal devida à Previdência Social. Em complementaridade, tem-se a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - que dispõe sobre a organização da Assistência Social e trata em seu art. 18, da concessão de registro e certificado de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social, dando suas principais definições, princípios e diretrizes, definindo sua forma de organização e gestão.

A Política de Ação Social da ASAV tem o projeto mais atual elaborado em 2008 e entrou em vigor a partir de 2009, que aponta o desafio de trabalho no sentido de formular uma proposta de política interna, a integração e visibilidade das práticas de inclusão educacional e acadêmica, bem como a sua operacionalização. Isto com a finalidade de garantir os princípios, diretrizes e objetivos da missão dos jesuítas da Província do Brasil Meridional, a qual faz parte o Colégio Catarinense.

O projeto é composto por oito políticas de inclusão educacional e acadêmica propostas pela ASAV para serem aplicadas nos colégios da rede. Entre estas políticas estão: política 1, é denominada de Ordem Geral, com o objetivo de fundamentar as ações de inclusão educacional e acadêmica nos princípios e objetivos da Província, respeitando as peculiaridades de cada colégio da rede.

A política de número 2 é relacionada à estrutura e organização, na qual se delega para a escola a organização e a estrutura mínima para acompanhar os processos de inclusão acadêmica e educacional.

A política de número 3 refere-se ao relacionamento das escolas com a ASAV, estabelecendo estreito relacionamento entre as partes, em especial, com a diretoria de assistência social, com a finalidade de acompanhar o andamento do projeto e apresentar os resultados. Essas três primeiras políticas são mais de cunho administrativo entre a ASAV e as escolas da rede.

Referindo-se mais ao público alvo da Política de Ação Social, a política de número 4 é denominada Divulgação e Identificação, com o objetivo de oportunizar o acesso universal ao público alvo através de um processo de divulgação amplo. A divulgação se dá através dos meios disponíveis (edital, informativo interno, site), informando o cronograma do processo seletivo, bem como, os critérios para concessão de bolsas de estudos.

A política 5 é voltada para o público alvo, com o objetivo de contemplar as populações em condições sócio-econômicas vulneráveis e de risco. Desta forma, a política de número 4 intensifica sua ação de divulgação em escolas da rede pública, especialmente as municipais, que não possuem ensino médio.

A política 6 é de “Acompanhamento e Avaliação”, determinando que cada escola da rede deverá realizar o acompanhamento dos beneficiados pelo processo de inclusão educacional e acadêmica, por meio de serviços de saúde, alimentação, uniforme, material escolar, apoio social, religioso e familiar. Para a operacionalização dessa política fica determinado um processo contendo a ficha de identificação de cada aluno, o perfil sócio-econômico, e a ficha de acompanhamento.

A política de número 7, intitulada “Desempenho Acadêmico”, prevê a implantação de um processo de acompanhamento e avaliação acadêmica dos incluídos no processo educacional e acadêmico, periodicamente ou sempre que necessário, tomando as providências que se fizerem necessárias para cada caso.

Por fim, a política de número 8 do projeto de integração e visibilidade das práticas de inclusão educacional e acadêmica, tem-se a “Evidenciação”, que prevê relatórios qualitativos e demonstrações financeiras e contábeis das escolas da rede.

2.4 O Serviço Social e as Políticas Assistenciais

O Serviço Social no Colégio Catarinense, responde diretamente pela execução das políticas de ação social (bolsas integrais de estudos para o ensino médio e parciais para todas as séries), sob a orientação da Coordenação de Assistência Social da ASAV, tendo em vista estruturar o processo de inclusão educacional e acadêmica com ferramentas e mecanismos apropriados, de acordo com a legislação e, principalmente, fundamentado na missão, princípios e objetivos norteadores da Companhia de Jesus para a região do sul do Brasil.

A partir de 1995, um grupo de professores do Colégio Catarinense, que abordava o tema da Campanha da Fraternidade do mesmo ano: “*A Fraternidade e os excluídos*”, tomou uma iniciativa, em parceria com o Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), atendendo jovens da classe menos favorecida economicamente de Florianópolis, preparando-os para o vestibular. Foi uma iniciativa de inspiração inaciana que entende os centros da Companhia de Jesus não apenas para uma dada classe de estudantes, mas acessível para todas as classes sociais.

A proposta foi criando corpo e a demanda de jovens para o curso foi crescendo. Esse movimento fez com que a direção do Colégio e o grupo de professores, percebessem que não bastava somente possibilitar o ingresso numa Universidade, mas era necessário também viabilizar uma sólida formação para entrar e poder terminar o curso superior de forma exitosa. Neste sentido, foi se gestando a proposta do Ensino Médio Noturno.

Após um processo de estudo, em 1998, o Colégio Catarinense abriu as suas portas para alunos de baixa renda, oferecendo-lhes, no período da noite, o curso do Ensino Médio Noturno, de forma gratuita.

O curso do Ensino Médio Noturno acolhe, em média, 450 alunos, divididos nas três séries do Ensino Médio, provenientes da grande Florianópolis e, agora, a partir de 2012, atenderá aos alunos procedentes apenas do município de Florianópolis.

O processo foi implementado de forma gradual, em três etapas, para garantir, uma melhor inserção e desempenho dos estudantes provenientes

de diferentes escolas públicas. As etapas de implantação do curso foram da seguinte forma:

1ª Etapa – 1998 – Três turmas de primeira série do Ensino Médio;

2ª Etapa – 1999 – Mais outras três turmas na primeira série, que se juntam às da segunda série do Ensino Médio;

3ª Etapa – 2000 – O Ensino Médio Noturno possuía seu ciclo completo, com as três séries.

Desde o início do projeto o Serviço Social esteve presente na seleção dos bolsistas pelo critério sócio-econômico, porém de forma pontual, sem um assistente social efetivo, apenas como prestação de serviços. A seleção dos alunos bolsistas era feita em conjunto com outros funcionários da escola, que tinham acesso ao cadastro sócio-econômico das famílias. Em junho de 2010, para cumprir a atual política de ação social da ASAV e seguindo os critérios legais, o Colégio contratou assistentes sociais efetivos para a realização de um trabalho contínuo na escola. Com a criação da Lei nº 12.101 de dezembro de 2009, fez-se necessário uma equipe permanente para o acompanhamento e funcionamento do projeto.

Devido ao Serviço Social ter-se estabelecido efetivamente num momento posterior ao início do projeto e datar de dezembro de 2009 a lei nº 12.101, que regulamenta os critérios para as instituições, os documentos do projeto de bolsa de estudos estão incompletos. O documento mais antigo que tive acesso é do ano de 2003, abordando o perfil da entidade, as atividades assistenciais para o ano de 2003 e análise os gastos com essas atividades em 2002.

Antes da Lei nº 12.101, o projeto de bolsa de estudos integral para o ensino médio contemplava alunos da Grande Florianópolis que comprovasse renda de até um salário mínimo per capita. Com a lei citada, a renda per capita para bolsa integral passou a ser de até 1,5 de salário mínimo.

O processo de seleção é feito através de uma prova de conhecimentos básicos do Ensino Fundamental, e os alunos que obtiverem as melhores pontuações, são chamados para entrevista e passam por uma análise sócio-econômica. As famílias que comprovarem a renda prevista na lei, ingressam no projeto de bolsas de estudos integrais para o ensino médio.

A avaliação sócio-econômica é feita através de entrevistas com os membros da família, dependentes da renda total familiar, onde são entregues documentos que comprovam a renda da família dentro do limite decretado pela lei de 1,5 salário mínimo. O registro das bolsas é feito no sistema informatizado do Serviço Social, onde são lançados os dados do formulário e dos documentos apresentados. Um breve parecer social é feito, para justificar a bolsa integral, que fica visível para a Diretoria de Serviço Social, bem como para o setor financeiro, que administra as bolsas. Quaisquer outras informações importantes sobre a família do aluno são armazenadas na pasta do mesmo, de modo que apenas o Serviço Social tenha acesso, mantendo o sigilo profissional, garantindo o cumprimento de uma das responsabilidades gerais do assistente social citada no art. 2º do código de ética profissional: *d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;*

A forma de seleção dos alunos bolsistas é, em primeiro lugar, um modo de seleção meritocrático, que depois avança para a análise sócio-econômica. Segundo os assistentes sociais do Colégio, o objetivo é permitir que o aluno seja mais bem preparado para os vestibulares de universidades públicas, porém, nessa prova, os alunos que mais têm defasagem no ensino são eliminados. A questão do mérito, ao mesmo tempo em que é excludente, inviabilizando o acesso de muitos, é também uma forma de garantir um nível mínimo de conhecimentos que proporcione ao aluno melhores chances de acompanhar o ritmo de ensino do Colégio.

Essa atuação do Serviço Social no projeto de bolsas de estudos está regulamentada através das funções e atribuições estabelecidas pelo Colégio, contidas no Manual de Atribuições da Equipe de Segmento do Colégio Catarinense, que são:

- Planejar e executar em conjunto com a coordenação do segmento e a direção administrativa o processo seletivo para a concessão de bolsas de estudos do ensino médio noturno;
- Assessorar na elaboração de planos e projetos sociais educativos; fazer o acompanhamento dos alunos bolsistas para garantir a permanência e sucesso no colégio;

- Atuar no enfrentamento de situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias do segmento;

- Encaminhar para reflexão à direção, funcionários, alunos e famílias, os temas decorrentes das questões sociais; articular a relação entre a educação e a rede de proteção social, as políticas públicas e as organizações do terceiro setor, de modo a garantir o atendimento às famílias do segmento;

- Fortalecer as redes de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais na comunidade interna e alunos e famílias do segmento noturno;

- Assessorar a diretoria administrativa com estudos socioeconômicos e legais para a definição de bolsas de estudo e descontos nas anuidades escolares;

- Assessorar o setor pessoal nas demandas relativas às questões sociais, previdenciárias, assistenciais e de saúde do trabalhador;

- Propor trabalhos preventivos contra a evasão, a violência, as drogas, o alcoolismo buscando formas de atendimento às demandas socioeconômicas dos alunos do segmento e seus familiares;

- Realizar pesquisas, estudos e diagnósticos sociais, apresentando-os à direção;

- Orientar e encaminhar os alunos para o mercado de trabalho junto ao SINE e/ou com a rede dos agentes privados que oportunizam estágios ou empregos em meio turno;

- Elaborar o balanço social e relatório social anual de instituição, encaminhando-o à direção e ASAV;

- Responsabilizar-se pelo arquivo dos documentos do setor e relatórios das ações anuais realizadas pelo setor, encaminhando-o ao diretor administrativo antes das férias.

Algumas dessas atribuições salientam a importância de projetos de acompanhamento dos bolsistas, e entre esses projetos a dimensão pedagógica está presente, principalmente na segunda atribuição listada. Outro ponto importante é o estudo e diagnóstico social apresentado nas

atribuições acima, que teria por finalidade identificar as demandas do público alvo da política do Colégio e assim fazer o levantamento de uma rede sócio-assistencial que venha a ajudar no atendimento das demandas identificadas pelos estudos realizados.

Atualmente, a ação profissional dos Assistentes Sociais no Colégio Catarinense tem o foco no acesso dos alunos às bolsas de estudos, segundo os requisitos previstos na Lei nº 12.101 e às políticas 4 e 5 do Projeto de Integração e Visibilidade das Práticas de Inclusão Educacional e Acadêmica (ver página 20). A necessidade do setor de Serviço Social, como mostra o projeto, faz-se no sentido de dar elegibilidade ao processo de concessão de bolsas, e no Colégio Catarinense, bolsas integrais para o ensino médio noturno.

A ação profissional atualmente encontra-se reduzida a um patamar técnico, e as reflexões do trabalho são feitas dentro do processo de concessão de bolsas, dentro dos critérios sócio-econômicos. Os instrumentais técnico-operativos que são utilizados para esse processo são principalmente a entrevista, a observação e o relatório, além de se fazer necessária a visita domiciliar em alguns casos específicos.

No processo de renovação de bolsas são feitas entrevistas com as famílias num dia marcado, no qual estas precisam levar toda a documentação exigida legalmente para a renovação da bolsa de estudos, solicitada anteriormente numa reunião geral para a apresentação do formulário e da lista de documentos necessários. Durante a entrevista, o formulário com informações pessoais do aluno e dos membros da família, bem como dados de renda e despesas, é conferido. Em alguns casos há a necessidade de explorar a atribuição profissional de passar informação ao usuário, quando, possivelmente, as famílias apresentarem necessidade de orientação com relação à Previdência ou à Assistência Social. Para isso, a observação se faz importante, no sentido de captar essa demanda implícita na situação da família, tomando o devido cuidado de não fazer perguntas que possam vir a constranger as famílias, visto que o objetivo da entrevista, principalmente para o responsável pelo aluno, é a conformidade com os critérios legais que comprovam a renda para a renovação da bolsa.

Depois que a entrevista é feita e toda a documentação é conferida, o processo é arquivado na pasta do aluno, para depois ser lançado no sistema de bolsas próprio do Colégio, onde todas as informações do formulário são armazenadas.

Além da renovação de bolsas, há o processo de concessão de bolsas novas. Nesse processo há um levantamento das escolas da rede pública municipal de ensino para fazer a divulgação do processo. É feito o contato com as direções das escolas e uma visita é agendada para explicar o processo seletivo aos alunos do 9º ano do ensino fundamental dessas escolas. Depois de feita a divulgação, há o período de inscrições, posteriormente a prova de sondagem de conhecimentos do ensino fundamental, e então, para os classificados na prova, o preenchimento do formulário e apresentação da documentação necessária. Até o presente momento, esse é o contato do Serviço Social com os usuários da política de bolsas de estudos do Colégio Catarinense.

As atribuições destinadas ao Serviço Social do Colégio Catarinense expressam a importância de um trabalho amplo, em conjunto com os demais seguimentos da escola, para melhor viabilizar o projeto político-pedagógico da instituição, em conformidade com um dos elementos do Paradigma Inaciano, o contexto, que levanta a necessidade de conhecimento do espaço no qual interage, para melhor relacionamento com o mesmo, entendendo que o trabalho dentro de uma instituição não se faz de forma isolada e pontual, mas a partir de interações que influenciam nos meios e resultados.

Neste sentido, o espaço de atuação é mais amplo e tem potencial para expansão se buscar a construção de um projeto interdisciplinar que tenha como objetivo não só o acesso dos alunos, mas também a articulação com os demais profissionais presentes no Colégio, para que as competências e a importância do Serviço Social sejam explicitadas e vistas como um reforço para o trabalho na escola, garantindo a permanência dos alunos.

Frente a essas características o desafio para o Serviço Social dentro do Colégio Catarinense é, em primeiro plano, pensar uma atuação profissional mais ampla na instituição. É possível que a atuação do Serviço Social não se restrinja à área assistencial, contribuindo também para o

processo pedagógico do Colégio? Quais as possibilidades de articulação com os demais profissionais que trabalham diretamente com o público alvo do Serviço Social no Colégio e que trabalhos podem ser feitos?

À luz destas questões realizo, no próximo capítulo, uma revisão da bibliografia sobre a atuação do Serviço Social no âmbito escolar, de modo a identificar quais as possibilidades de avanços para o trabalho dos assistentes sociais dentro do Colégio Catarinense.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS 2011), tem-se registro da presença de assistentes sociais no campo educacional desde a década de 1930, ou seja, desde a origem da profissão no Brasil. Desde os anos 1960 várias secretarias de educação contavam com a presença de assistentes sociais em grandes cidades, atuando em programas específicos. Contudo, é a partir da década de 1990, com a consolidação do projeto ético político profissional (CFESS 2011), que se percebe um significativo aumento de assistentes sociais trabalhando no área da educação no Brasil, apesar de hoje ainda não ser um espaço consolidado. Segundo um documento publicado pela entidade em junho de 2011, “uma das referências desse processo histórico é o crescente número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais desde 1995” (CFESS 2011, p.5) abordando a temática de Serviço Social e educação.

Ainda fazendo referência a esse documento do órgão, nele foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema, onde os textos do assistente social Ney Luiz Teixeira de Almeida aparecem em grande quantidade, e os autores que também compõem a bibliografia levantada pelo CFESS, citam os textos desse autor, que é atualmente o coordenador do Grupo de Trabalho (GT) de educação da entidade.

Desta forma, os textos de Almeida selecionados para a leitura, foram os que apareceram com mais frequência nas referências bibliográficas. Nesses textos selecionados, Ney Luiz Teixeira de Almeida faz um apanhado geral da educação como política pública, seus desafios atuais e contextualiza o campo de atuação para o Serviço Social. O que se percebe é que a bibliografia que relaciona Serviço Social e educação é posterior à inserção profissional no campo, ou seja, surge como consequência da ação, demandando a necessidade de subsidiar a inserção dos assistentes sociais mediante a política de educação, com o foco de atuação na educação pública.

Sendo assim, neste capítulo situo a educação como política pública com base na bibliografia selecionada referenciada acima, afim de justificar a inserção do Serviço Social na mesma. Também faço a análise de elementos da produção bibliográfica sobre o tema, que subsidiem o trabalho de assistentes sociais nas escolas, especialmente da década de 1990 até o atual ano de 2011. Esta forma de condução do tema é em decorrência de como ele é tratado na bibliografia pesquisada.

3.1 A Educação como Política Pública

A educação tem grande potencial de promover a mudança social a partir do momento em que permite ao sujeito a oportunidade de compreender a sociedade em que está inserido, de se ver nela e a partir dessa compreensão, enxergar suas possibilidades de mudança, contribuindo para um processo de desalienação social.

Assim, para compreender o processo de estruturação do sistema educacional é preciso conhecer a estrutura do Estado-Nação. Para fazer essa análise de conjuntura, inicialmente a base será o texto de Azevedo (2004). Falando de Brasil e de seus processos políticos a partir da independência às margens do Ipiranga (1822), esse processo segue de forma conservadora, cheio de idas e vindas.

Segundo Azevedo (2004) a concepção de cidadania no sistema escravagista era muito limitada, concedendo o *status* de cidadão apenas a poucos, considerando-se o critério econômico altamente excludente. Os considerados cidadãos possuíam uma determinada renda e usufruíam de direitos civis e políticos, entre eles, o voto censitário. Esse mesmo tratamento excludente a partir da classe econômica é dado à educação.

A Constituição do Império estabelece a educação, tratada como escolarização primária, apenas para aqueles considerados cidadãos, ou seja, a minoria. Nesse sentido, não se tinha como foco a escolarização das camadas populares, mas a qualificação para o trabalho. Assim, tinha-se um sistema dual, que qualificava os ricos para compor a elite social brasileira, e

os pobres para o trabalho. É dessa educação preparatória para pobres, que futuramente se originará o sistema de escolas públicas. Esse era o tipo de educação que não era reconhecida socialmente, e sua única possibilidade era a qualificação vocacional, que correspondia a aulas práticas de profissões como carpinteiro, pedreiro, costureira, entre outras.

A autora ressalta que, no entanto, a escola feita para o pobre, não foi frequentada por ele. As poucas vagas para educação vocacional acabaram atendendo a classe média emergente, no caso das mulheres, o que atribuiu certo prestígio social. O ensino vocacional para homens sim, foi de acesso dos pobres, uma educação totalmente sem prestígio social. Isso se deu porque com a expansão da economia rural, pouco importava a escolarização do trabalhador.

Nesse contexto, os direitos assegurados não eram para todos, e a cidadania continuava limitada. A questão social era tratada como caso de polícia, pouco importando as reivindicações por direitos.

No início do sec. XX, em meio à consolidação da economia capitalista, do delineamento das classes médias e de oligarquias políticas, bem como a expansão dos direitos, a educação passou a ser problematizada como uma questão nacional, devido aos índices de analfabetismo que eram assustadoramente altos. Segundo o censo realizado em 1890 pelo IBGE, cerca de 80% da população. A problemática da educação passa a ser impulsionada pelo movimento nacionalista, na conjuntura da I Guerra Mundial, que visa à escolarização em massa e exige do poder público uma política nacional de educação.

Primeiramente faz-se uma análise do analfabetismo como condicionante da incapacidade de ascensão social da população pobre, necessitando assim ser tutelada pela elite. A educação assume um caráter messiânico, a visão é que a escolarização em massa resolveria todos os problemas sociais e econômicos, principalmente, do país.

Com esse debate, surgem movimentos sociais que vão pautar no cenário nacional, o problema do analfabetismo, promovendo a discussão e a expansão do espaço da educação como um setor.

Schwartzman (2005) aponta que o marco dessa fase da educação é a criação em 1930 do Ministério da Educação, consolidando a educação como

uma política nacional, com o início de um novo período de centralização política. A partir deste Ministério, instituem-se o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial, que serão responsáveis pelas diretrizes nacionais de ensino, sendo firmado o caráter de política nacional na Constituição Federal de 1934. O plano nacional só foi estabelecido a partir 1961, com a promulgação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Agora como política pública, Azevedo (2004) aborda o período em que a educação passa a ser voltada para o mercado de trabalho no período da Nova República (1946-1963), uma vez que o país passa pela revolução industrial. A modernização capitalista supõe a universalização do ensino básico, e tem a escolarização como um pré-requisito importante para formar um mercado consumidor e qualificar trabalhadores para a indústria emergente no Brasil, impulsionada pela substituição de importações.

No Brasil, embora se empunhasse a bandeira da escola básica como bem público, o impulso para a universalização da cobertura escolar deu-se apenas de forma pontual, ou mediante arranjos que desqualificaram a oferta desses serviços, comprometendo a escolaridade da maior parte da população e, por conseguinte, o seu acesso ao pleno exercício desse direito de cidadania. O modo como evoluiu o sistema educacional articulou-se ao modelo imprimido à modernização capitalista e ao processo pelo qual se estabeleceu um tipo peculiar de cidadania. (AZEVEDO, 2004).

O golpe de 1964 aborta todas as iniciativas populares de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram comunistas e subversivas.

A modernização conservadora adotou o meio de “internacionalização da economia interna”, fazendo com que a economia atingisse um grau de maturidade.

Nesse contexto, tornou-se necessário reajustar a regulação do setor educacional em função do novo referencial normativo a ser implantado. Iniciou-se, então, uma terceira fase da política educacional, com características que deram continuidade, quase sem limites, a um modelo de regulação

calçado nos valores e práticas explicitamente autoritárias, graças às características do próprio regime de exceção. (AZEVEDO, 2004).

Assim, no fim do regime militar, para Azevedo (2004) a discussão sobre as questões educacionais perderam o seu sentido pedagógico e assumiram um caráter político.

Os debates no campo educacional contavam com pensadores de várias áreas de conhecimento, pautando a educação num sentido mais amplo, para além da sala de aula. Essas idéias permeavam o novo Projeto de Lei de Diretrizes de Bases para a Educação, que estava sendo construído a partir de várias discussões de grupos dentro da câmara federal, buscando a ampliação da educação, porém impregnada da perspectiva neoliberal correspondendo aos interesses do mercado.

Segundo o CFESS (2011), a década de 1990 marca a entrada do Brasil na nova divisão internacional da economia mundial via abertura econômica, privatizações, retomada do processo inflacionário, diminuição dos gastos públicos nas políticas sociais com a diminuição do Estado do campo social, conforme determinações do Consenso de Washington e do projeto neoliberal. Esse processo foi desencadeado a partir do governo de Fernando Collor de Mello e aprofundado nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995 -1998 e 1999 – 2002). Assim, várias reformas foram implementadas, como por exemplo a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394 de 1996, no primeiro mandato de FHC.

A LDB de 1996 sofreu algumas alterações, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é mais o de manter o "*status quo*", e impulsionar a economia.

A educação sofre com a influência da cultura autoritária da política brasileira, e um exemplo bem nítido desse autoritarismo refletido nas políticas educacionais é o processo de implementação da Lei de Diretrizes de Bases de 1996, que desconsiderou toda a construção de um projeto coletivo, culminando numa Lei baseada na concepção de Estado minimalista.

A LDB/96 é o resultado do embate político entre governo e sociedade civil organizada e, apesar dos avanços conquistados, é impregnada da perspectiva neoliberal tanto na sua dimensão ideológica quanto na organização gerencial da política de educação, correspondendo aos interesses do mercado. (MARTINS, 2007, p. 23).

A partir da década em questão, Almeida (2000) afirma que a educação passa a ser vista como pertencendo à esfera mercadológica e, portanto, objeto das políticas neoliberais preconizadas pelos diversos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional - FMI, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outros. Dentro da postura neoliberal deste governo, um dos elementos principais é a ideia de Estado mínimo e de legitimidade do capital. Assim, a bibliografia levantada aborda a ideia de Estado mínimo que prega a redução dos gastos públicos a fim de privilegiar o capital.

Se no séc. XX a preocupação era com o acesso à escola, atualmente esse não é o problema de maior preocupação da educação. Segundo o censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) em 2010, o número de matrículas vem crescendo desde 2007, e a escolaridade do brasileiro tem aumentado conseqüentemente. “Com mais alunos sendo aprovados e, conseqüentemente, promovidos às séries subsequentes, aumenta o número de habilitados a ingressar nas próximas etapas de escolarização” (MEC, 2010).

Em contrapartida, Gentili (2007) explica que o aumento da escolaridade se deu em um contexto de intensificação da injustiça social, por tanto, teve um impacto muito pequeno para diminuir os efeitos da crise social produzida por um modelo de desenvolvimento excludente e desigual.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em seus dois primeiros anos, colocou como primeira prioridade as políticas de inclusão social na educação, através de programas de alfabetização, da ampliação do programa de Bolsa Escola para famílias carentes com crianças em idade escolar, e políticas de cotas para o acesso aos cursos superiores. Independente de seu mérito, estas políticas têm em comum o fato de não tocarem diretamente nos problemas institucionais e de conteúdo da educação, que não deixam de estar na agenda governamental, mas que, talvez por sua maior

complexidade, terminam por ficar em segundo plano. (SCHWARTZMAN, 2005, p. 37).

Se por um lado, com essa expansão dos sistemas educativos, se incluiu as camadas mais pobres da população; por outro, se intensificaram as tendências ao sistema dual de ensino, reproduzindo as desigualdades.

A educação consiste em um bem de fundamental importância para promover a igualdade social, além de ampliar o acesso ao mercado de trabalho e produzir bem estar econômico, mas, ainda mais importante, a educação, em uma sociedade democrática, deve cumprir o papel de potencializar a luta contra o monopólio do poder, o autoritarismo, a discriminação e a segregação social. Gentili (2007) afirma que a educação é uma ferramenta política de fundamental importância para a transformação das estruturas de discriminação que se produzem e reproduzem historicamente, ou seja, um monopólio elitista do saber que é socialmente produzido.

Assim, segundo Martins (2007):

Determinada por este contexto histórico, a política de educação, que sempre esteve tensionada pela disputa de diferentes projetos societários, visando a construção da hegemonia política e cultural e preparando a força de trabalho para atender às exigências do capital, assume lugar de destaque no mundo contemporâneo. A educação alça status prioritário no cenário mundial, sendo preconizada por vários organismos internacionais (principalmente o Banco Mundial), que realiza acordos com países periféricos visando a inserção destes na nova ordem mundial como países aptos aos novos padrões de consumo, bem como produtores de força de trabalho qualificada para atender à produção globalizada que, cada vez mais, desloca as unidades produtivas em busca de custos menores de produção, principalmente as relacionadas à força de trabalho. (MARTINS, 2007, p. 23).

Almeida (2000) salienta a importância de compreender esse movimento da educação no Brasil, e a sua função atualmente como política, para pensar uma ação eficaz voltada para o campo da educação sem desconsiderar o seu contexto histórico.

Essas transformações na esfera da produção e da cultura impõem dois desafios centrais para a educação, vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégicas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e às variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade. O alcance planetário dessas mudanças fornece um novo contorno à divisão internacional do trabalho e da produção cultural, exigindo ações mais articuladas e de proporções mais amplas na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento das novas estratégias formuladas pelo capital nas três últimas décadas. (ALMEIDA, 2000, p. 153).

Esses elementos de acesso e qualidade de ensino são de fundamental importância para o Serviço Social compreender melhor a realidade educacional brasileira, afim de encontrar respostas para as necessidades básicas dos alunos nas escolas. Problematicar a educação é necessário para situar a ação profissional dentro do viés das políticas públicas de educação, identificando as possibilidades e limites para a atuação do assistente social dentro da escola.

Elementos levantados neste capítulo, como a mercantilização do ensino, expansão massiva das escolas, a visão messiânica da educação, o jogo de interesses que permeiam as políticas públicas, levantam questões para o debate no Serviço Social como profissão que trabalha diretamente com políticas públicas, e entendendo a educação como tal, se faz necessário considerar esses elementos para pensar a educação como uma questão que vai além da ampliação do campo de trabalho para assistentes sociais. Para Martins (2007), “a luta pela educação constitui-se uma das expressões da questão social, visando o atendimento de uma necessidade social, reconhecendo a mesma como um direito social”.

Para a compreensão da legitimação da prática profissional na política de educação, faz-se necessário conceber esta política como um espaço enseja contradições e disputas, que se alteram politicamente mediante a ação dos sujeitos sociais, e a sua função estratégica no campo do trabalho e da cultura. Ressalta-se que a trajetória histórica da profissão está estreitamente relacionada ao processo de estruturação das políticas sociais, sendo este o lócus privilegiado do trabalho

dos assistentes sociais, campo de forças no qual a profissão ganha visibilidade social materialidade institucional e potencialidade histórica. (MARTINS 2007, p. 28).

3.2 O Serviço Social na Educação

Majoritariamente a bibliografia levantada de Serviço Social e educação começa com o debate a partir do entendimento da correlação de forças econômicas e sociais, e da influência do Estado na política de Educação. Os autores afirmam que o Serviço Social busca uma atuação no sentido de mediar contradições, visando à universalização, expansão, melhoria da qualidade de ensino, além do entendimento mais amplo da questão educacional, para além do âmbito escolar.

O cotidiano é um espaço entre a conjuntura e a estrutura, um espaço contraditório, um lugar de exploração e dominação, alienação, mas também um lugar de libertação, um espaço de criação de contra-ideologia, pois é o espaço onde se desenrolam e se reproduzem as relações sociais (Falcão, 1987). E aqui podemos trazer a educação, o papel que ela representa nesta luta, pois ao mesmo tempo em que pode reproduzir as relações sociais, também pode contribuir para transformá-las. Pode e deve realizar mediações o processo de desalienação, de construção e consolidação da cidadania, na organização da sociedade civil. (CAMARDELO, 1994).

Nesse sentido, Paulo Freire, em seu livro Educação e Mudança (1979), fala do papel do trabalhador social no processo de mudança a partir da educação. Nesta categoria, não só o Serviço Social se enquadra, mas também a Pedagogia, Psicologia e outros profissionais que venham a contribuir no cotidiano da esfera educacional. Assim, a direção política da ação do trabalhador social é de extrema importância, pois, como já citado, essa pode ser uma ação que impulse a emancipação do sujeito, ou em favor da permanência da ordem vigente.

Deste modo, a opção feita pelo trabalhador social irá determinar tanto o seu papel como seus métodos e suas técnicas de ação. É uma ingenuidade pensar num papel abstrato, num conjunto de métodos e técnicas neutras para uma ação que se dá entre homens, numa realidade que não é neutra. Isso só seria possível se fosse possível um absurdo: que o trabalhador social não fosse um homem submetido como os demais aos mesmos condicionamentos da estrutura social, que exige dele, como dos demais, uma opção frente às contradições constitutivas da estrutura. Assim, se a opção do trabalhador social é pela antimudança, sua ação e seus métodos se orientarão no sentido de frear as transformações. (FREIRE, 1979, p.56).

Destacando também as palavras de Burnier (1998), os Assistentes Sociais tem como uns de seus objetivos, a autonomia do cidadão:

Nosso compromisso enquanto trabalhadores sociais é um compromisso de cidadão. Sabemos que a mudança de uma sociedade depende de variadas forças, mas em nosso contexto de trabalho, lidamos com pessoas que sequer sabem o que é cidadania. Pessoas que na Escola tiveram ou não a oportunidade de liberar sua autonomia, trabalhar de forma cooperativa com seus pares [...] pessoas que tiveram ou não oportunidade de expressar seus sentimentos, dialogar com o outro, discutir, para acrescentar, para refletirem sobre si mesmos e sobre sua condição de vida [...] propiciar aos 'cidadãos' a oportunidade de se reconhecerem como tais com liberdade de pensamento e expressão é uma das tarefas do trabalhador social. (BURNIER, 1998, p. 24).

No artigo publicado na Revista Serviço Social e Sociedade de 1994 por Ana Maria Camardelo de título “Estado, educação e serviço social: relações e mediações no cotidiano”, esse compromisso do qual Freire (1979) fala é mais evidente. A experiência compartilhada pela autora em seu texto, mostra como é importante conhecer a realidade antes de apresentar um projeto de intervenção. Foi depois de muitas reuniões e apropriação da realidade local, que um projeto de atuação na escola trabalhada teve êxito, contribuindo para uma transformação não apenas nos alunos, mas também em suas famílias, alcançando a comunidade.

Porém, como já citado a cima, a escola não é o único espaço possível de atuação para profissionais da área da educação. Para melhor compreender essa dimensão ampla da política educacional, é preciso

pensar em sua dinâmica, como se constituiu, se estruturou no Brasil ao longo dos séculos, como explicitado no começo do texto, o que caracteriza o espaço escolar como apenas uma das possíveis dimensões de atuação profissional, principalmente do Serviço Social na área da educação. A partir disso, pode-se evitar a lógica reducionista da prática profissional apenas nas escolas, visto que expressões da questão social na educação estão presentes no cotidiano de toda a população e a política educacional se estrutura não só em níveis como educação básica e superior, mas também em modalidades que alcançam diferentes públicos como educação no campo, jovens e adultos, educação especial, entre outras, podendo atuar em três esferas complementares: acesso, permanência e garantia de qualidade dos serviços prestados no sistema educacional.

Defende-se aqui uma concepção de educação que tem por finalidade a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente; enfim, de indivíduos que assumam sua condição de sujeito na dinâmica da vida social, sem perder de vista um projeto coletivo de sua transformação. Nesse sentido, educar significa preparar para a vida de cidadão, processo que, sem dúvida, ultrapassa os limites da escola, mas a ela cabendo um papel importante. (BACKX, 2007, p.122).

A discussão dos autores avança desse debate teórico da educação no seu conceito mais amplo, para a categoria formal, discutindo o espaço escolar desde as possíveis correlações de força dentro de uma escola, aos problemas a serem enfrentado pelos assistentes sociais na mesma.

Assim a produção bibliográfica aponta que a inserção do Serviço Social no âmbito escolar, se constitui num processo de construção e fortalecimento de políticas sociais, visto que não se discute educação sem que haja reflexão sobre sua relação com o mundo. Pensar em educação requer considerar o contexto sócio-histórico, cultural e econômico. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social envolve simultaneamente a compreensão de diferentes contextos, como da família, comunidade e escola, sendo esses indissociáveis diante de uma análise social.

Martins (2007), baseada na análise do Estatuto da Criança e do Adolescente/1990 (ECA) – legislação que regulamenta a política de atendimento ao público escolar – da Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996 (LDB), e da Lei Orgânica da Assistência Social/1993 (LOAS), evidencia a possibilidade de atuação profissional em três eixos.

O primeiro eixo que Martins (2007) cita está situado no processo de democratização da educação pública, “reportando-se a um dos princípios do Código de Ética Profissional que propõe a defesa e o aprofundamento da democracia, como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.”

No tecido social repleto de contradições, o assistente social, nas instituições sociais e no âmbito da relação que estabelece com os usuários, poderá romper com práticas tradicionais de controle, tutela e subalternização por meio do alargamento dos canais de participação, por meio de ampla socialização de informações sobre direitos e serviços, numa perspectiva democrática. Pensar a construção da democracia no âmbito das unidades educacionais é rever a organização do trabalho na escola, a distribuição da autoridade e do poder, inclusive dos relacionamentos interpessoais, pautando-se por relações cooperativas que visam, em última instância, a aquisição cultural para a realização dos sujeitos. (MARTINS, 2007, p. 25).

É importante ressaltar que o assistente social não é o profissional incumbido a resolver conflitos, construir ou transformar consciências, mas sim de tencionar conflitos, estimulando consciências, reflexões e debates sobre a função da escola, da educação na sociedade. Também de problematizar a importância da atuação de equipes interdisciplinares que terá como ponto inicial e como grande desafio, o trabalho interdisciplinar. Vale lembrar que questionar e refletir, é considerar todo o emaranhado político, econômico e social, que tem como norte os reflexos da questão social.

A escola, além do aprendizado em sala de aula, tem por função discutir as questões postas na sociedade, possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico, trazer informações, contextualizá-las e possibilitar

caminhos para o aluno buscar mais conhecimento. Além disso, é o lugar de sociabilidade de jovens, adolescentes e também de difusão sócio-cultural.

Almeida (2011) diz que o trabalho do assistente social na educação tem como ponto de partida a universalização, e que não se pode encarar a política de educação como uma política social de caráter restrito e seletivo, devendo, portanto, ser dirigida a um certo público que dela precisar, mas que a educação precisa estar situada no campo dos direitos humanos e sociais com o objetivo de universalizar os conhecimentos socialmente produzidos, e este é um princípio já presente no código de ética profissional. Para tanto, o profissional precisa ter conhecimento da política que viabiliza.

A inserção do/a assistente social na educação não deve ser pensada descolada das dinâmicas que particularizam essa política, visto que historicamente seu trabalho vem sendo demandado como parte das estratégias de controle social do Estado e das frações dominantes da burguesia sobre os processos de reprodução espiritual da força de trabalho. (ALMEIDA, 2011, p. 55).

O segundo eixo que Martins (2007) levanta é o da prestação de serviços socioassistenciais e socioeducativos.

O processo de ensino-aprendizagem é gradativo e demanda um aprofundamento sempre maior na sua complexidade e possibilidade onde o aluno possa visualizar além do seu espaço familiar e escolar, possa perceber, projetar e interagir na sociedade como um todo.

A profissão tem uma dimensão pedagógica que está em constante atuação e atualização. E mais especificamente na escola, uma instituição que trabalha diretamente com educação, o Serviço Social tem possibilidades de exercer essa dimensão articulando-se com os demais profissionais da área educacional.

Trata-se de um conjunto de ações que envolvem relações, posicionamentos, tarefas, métodos estratégicos, a fim de alcançar objetivos de emancipação individual, pensando a partir do coletivo. Pode-se dizer, então, que uma ação educativa, desta perspectiva, leva o sujeito com quem se interage a pensar sobre si, sobre outros, em seu processo e projeto de vida, partindo do individual e chegando ao senso coletivo.

Almeida (2001) cita que há uma resistência dos trabalhadores da educação com relação à inserção de assistentes sociais nas escolas, devido à ênfase na dimensão educativa da profissão. Isto preocupa os demais trabalhadores da área educacional no sentido de perder espaço de trabalho, visto que proposta de ter Serviço Social dentro das escolas vem a partir de projetos de lei. Assim, confunde-se o papel do educador, com papel do assistente social.

As dúvidas sobre o papel a ser desempenhado por esse profissional expõe desconhecimentos de ambas as partes. Por um lado, se alardeia sobre a possibilidade de sobreposição de funções e habilidades com relação às ações educativas que se dirijam para uma formação pautada na construção da cidadania. Por outro, se causa profundo mal estar ao vincular a presença do assistente social à consolidação de práticas assistencialistas no universo escolar. Olhar para o problema unilateralmente, ou de forma isolada do que acontece na sociedade, no âmbito das políticas sociais e na própria área de educação, só amplia as possibilidades de novas distorções. Parece-me que mais adequado do que pensar o que poderá fazer este profissional, sob um prisma mais idealizado, é pensar a partir do que vem determinando sua presença hoje no âmbito da política educacional como parte da dinâmica social e não como mera expressão de um desejo ou inquietação de uma categoria profissional. (ALMEIDA, 2001, p.5).

Por este motivo explicitado por Almeida (2001) na citação acima que se faz importante o entendimento da configuração atual da política educacional, quais as demandas e exigências que pedem uma atuação do Serviço Social a partir dos conhecimentos técnicos e teóricos para interpretação da questão social. Nesse sentido, a bibliografia analisada aponta que se faz necessária a inserção do profissional de Serviço Social na área da educação como agente que poderá identificar os fatores sociais, econômicos, culturais numa visão mais ampla da totalidade e as mais diferentes formas de manifestação da exclusão social que interferem no desenvolvimento de crianças e adolescentes no seio escolar. Assim, o assistente social é o profissional que desenvolve ou encaminha os usuários a projetos voltados para a inserção e manutenção dos estudantes na escola.

É na escola que o assistente social se preocupa em promover o encontro da educação com a realidade social, através da abordagem totalizante das dificuldades e necessidades de crianças e adolescentes.

Não há dúvidas que as escolas da rede pública tenham maior urgência e necessidade em ter no seu quadro de funcionários o profissional do Serviço Social, pois além da possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais indicando possíveis alternativas à problemática vivida por muitas crianças e adolescentes, este profissional, o assistente social também poderá proporcionar o devido encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais, que muitas vezes são necessários aos alunos que na maioria das vezes apresentam dificuldades financeiras, contribuindo assim para a efetivação do seu direito à educação. (SANTOS, 2009, p. 57).

Segundo o CFESS (2001), os problemas sociais a serem enfrentados pelo assistente social na área da educação são:

- Baixo rendimento escolar;
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

A associação do fracasso escolar ligada unicamente a questões de aprendizagem, não é verdadeira, posto que a evasão escolar, problemas familiares, disparidades entre a idade dos alunos e a série cursada, podem estar intrinsecamente conectada ao trabalho infantil, à violência doméstica, à drogadição, à criminalidade. Isto acarreta muitas vezes no afastamento do convívio com outras crianças, implicando também a falta de interesse pela escola que não propicia elementos adequados para essas crianças e adolescentes.

Segundo Backx (2006), é no cotidiano escolar que se manifestam as diferentes expressões da questão social que interferem no processo de ensino-aprendizagem.

Neste contexto, o assistente social facilitará o acesso da população às políticas sociais visando propiciar as condições necessárias para sobrevivência material da população atendida nas escolas públicas [...]. Poderá ainda decodificar para a população os direitos aos serviços prestados pelas políticas sociais, fortalecendo os projetos e lutas da classe subalterna nesta direção. Em relação ao recorte assistencial presente na política de educação, salienta-se que na Carta Magna de 1988, no inciso VII, da seguinte questão: “o atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. (MARTINS, 2007, p. 26).

A terceira dimensão de que fala Martins (2007) é de proporcionar a articulação da política de educação com a sociedade. Nesse sentido ela salienta que o assistente social poderá impulsionar ações entre as instituições de ensino para mobilização da rede de proteção social local. “A articulação da instituição educacional com as organizações governamentais e não governamentais possibilitará que se torne público o interesse da maioria, pressionando, deste modo, as negociações e as decisões políticas” (MARTINS 2007).

Almeida (2003) compreende que a discussão do Serviço Social na educação é

[...] caudatária dos avanços e acúmulos teóricos da profissão nos debates em torno das políticas sociais como lócus privilegiado da ação profissional, assim como da própria organização política da categoria e das estratégias de articulação aos movimentos sociais que atuam na construção de um novo projeto societário, onde a luta pela conquista da cidadania se tornou um componente fundamental para sua unidade. (ALMEIDA, 2003).

A inserção no campo da educação, portanto, impõe aos assistentes sociais, o desafio de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional da educação, resgatando outro princípio fundamental do Código de Ética Profissional, *o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática*, o que resultará num trabalho de construção coletiva e interdisciplinar no espaço da

escola, que será caracterizado por caminhos e experiências diferenciadas, porém com o mesmo objetivo.

Assim, a dimensão técnico-operativa da profissão é de fundamental importância, pois são as reflexões vinculadas às ações profissionais cotidianas que efetivam ou não o projeto ético-político do Serviço Social. Como já foi dito, pensar numa ação crítica e propositiva, nesse caso dentro da escola, demonstra o papel central que o exercício profissional obtém como espaço explicitador do projeto profissional, “à medida que colocam em movimento ações pautadas nas competências e atribuições privativas do Assistente Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais”. (MIOTO, 2009).

Porém, nota-se que os autores citados se preocupam com a inserção de assistentes sociais em escolas públicas. Contanto, segundo dados do censo escolar de 2010, a rede privada de ensino tem crescido nos últimos anos (um aumento de 3,4%), considerando que quase 15% dos alunos matriculados no ensino básico estudam na rede particular.

Um gráfico produzido pelo INEP (2010) mostra a distribuição dos alunos do ensino básico, onde 46% encontram-se matriculados na rede municipal, 38,9% na rede estadual, 14,7% na rede privada, e 0,5% na rede federal. Este órgão constata um número crescente de matrículas no ensino privado, que não pode ser desconsiderado visto que não é apenas nas escolas públicas que se manifestam as expressões da questão social.

Esta questão também manifesta a transferência de responsabilidade do Estado com a educação, para o mercado, resultando em uma educação ministrada de forma técnica, em preparação para o mercado de trabalho, afim de movimentar a economia.

Um exemplo dessa redução da atuação do Estado na educação são as universidades e escolas básicas privadas, que recebem isenção da cota patronal, para aplicar em bolsas de estudos para alunos de baixa renda.

Este é um debate que o Serviço Social não fez na bibliografia pesquisada e lida, o que limita os subsídios para ação profissional no campo educacional, visto que a educação formal tem sofrido cada vez mais com a privatização e o sucateamento das unidades públicas de ensino. No entanto, há profissionais trabalhando na esfera privada, em escolas e universidades,

efetivando essas políticas de gestão de recurso público em instituições particulares.

De acordo com o CEFESS 2011:

A constituição de uma política educacional, fundamentada na formação humana integral e emancipatória, sugere a afirmação do atendimento das necessidades sociais e comunitárias, a afirmação dos direitos sociais, dos valores democráticos e de justiça social e em especial na construção de uma nova ordem societária. Dessa forma, a atuação do Serviço Social espraia-se como possibilidade de enfrentamento das manifestações da questão social, seja no atendimento imediato dos educandos/as, familiares e comunidade, seja na ampliação ou redefinição da leitura da realidade pelos diversos educadores do sistema de ensino e ainda, apresenta-se como possível interlocutor que alarga o diálogo com as demais Políticas Sociais e com os diversos sujeitos individuais e coletivos. (CFESS, 2011).

À luz dessas considerações dos autores citados, o capítulo contém uma análise da atuação do Serviço Social dentro do Colégio Catarinense, identificando algumas propostas dentro das possibilidades institucionais e do que é proposto pelos autores citados neste capítulo.

4 REPENSANDO A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo faço considerações a respeito do trabalho dos assistentes sociais no Colégio Catarinense, baseadas nas contribuições da bibliografia de Serviço Social e Educação. Por ser um campo de atuação na educação privada, como citado no capítulo anterior, a bibliografia pesquisada não faz esse recorte, portanto não tem ligação direta com o campo em questão. A realidade apresenta-se de forma diferente, porém não deixa de ser área da educação formal, portanto, dentro do *hall* de possibilidades de atuação do assistente social na educação.

Considerando essa limitação da bibliografia pesquisada, busquei fundamentos também nas atribuições da profissão contidas na Lei 8.662/1993 e no Código de Ética profissional, que subsidiam o trabalho institucional. Isto, não só com a finalidade de analisar as atuais atividades, mas também de propor outras que podem ser desenvolvidas a partir de construções interdisciplinares, e da possibilidade de trabalhos diretos com os alunos.

Assim, divido estas propostas em cinco dimensões: democratização do acesso ao ensino; prestação de serviços socioassistenciais com a família; prestação de serviços socioassistenciais com os funcionários; acompanhamento acadêmico; e serviços socioeducativos mediante um trabalho interdisciplinar na escola.

1. Democratização do acesso

A partir das dimensões identificadas por Martins (2007), a primeira delas reporta-se justamente ao ensino público, à democratização do mesmo, e a autora faz referência ao quarto princípio do Código de Ética profissional da “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. Trazendo para a realidade de uma instituição privada de ensino básico, uma parte desse princípio é contemplada na viabilização do acesso às bolsas de estudos no Colégio, através do processo de seleção, e análise do cadastro sócio-econômico. Como citado no capítulo 1, o processo de seleção e renovação

de bolsas é feito todo pelo Serviço Social, através de entrevistas com os candidatos e suas famílias. O assistente social marca um horário para cada família e nessa entrevista conversa sobre a situação socioeconômica da mesma, a fim de comprovar a renda necessária para justificar a concessão da bolsa de estudos, conforme exige a Lei 12.101/2009.

O importante nesse momento é o esclarecimento de que este é um processo que tem fundamento legal e que não é algo que surgiu da direção do Colégio, mas que faz parte da política nacional de educação, explicando para os responsáveis pelos alunos o motivo de tantos documentos a serem apresentados e as etapas do processo.

Esta dimensão do trabalho também está fundamentada no Código de Ética dos Assistentes Sociais, no Art 5º, “c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários”.

2. Prestação de Serviços Socioassistenciais com a Família

Na dimensão dos serviços socioassistenciais, para melhor atender os alunos e suas famílias em situação de vulnerabilidade, o Serviço Social pode fazer contatos para estabelecer uma rede socioassistencial, para que possam ser feitos encaminhamentos a programas sociais. Estando assim em conformidade com o que dispõe o Art 8º do Código de Ética Profissional, como sendo dever do assistente social “d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais”.

A diretora acadêmica e pedagógica, afirma que a parte administrativa e burocrática tem sido a função específica do Serviço Social na escola, visto que o mesmo foi criado como um setor permanente no Colégio Catarinense no segundo semestre de 2010, a partir da necessidade do cumprimento das exigências legais para a concretização do projeto de bolsa de estudos integral para o Ensino Médio Noturno. Por ser a lei muito criteriosa, era preciso um setor responsável por isso, que tivesse entendimento especializado na área da assistência social. Porém, a diretora acadêmica e pedagógica vê que dentro da escola há um espaço muito maior para a atuação do Serviço Social. Um ponto levantado pela mesma foi que o acompanhamento com as famílias do Ensino Médio Noturno é de extrema

importância para garantir a permanência do aluno bolsista. Esse acompanhamento seria feito em conjunto com o Serviço de Orientação Educacional (SOE) do seguimento noturno, onde haveria a presença de um assistente social para o atendimento aos alunos, podendo identificar demandas a serem respondidas especificamente pelo Serviço Social.

Estes encaminhamentos devem ser feitos quando identificada a necessidade pelo Serviço Social, em conversa com a família. Para tais demandas serem identificadas, há a necessidade de maior contato dos assistentes sociais com as famílias e os alunos bolsistas, ou seja, os seus usuários na instituição.

3. Serviços socioassistenciais com os funcionários

Ainda dentro das possibilidades de atuação, foi levantado pela diretora pedagógica e acadêmica, que o trabalho com os funcionários também é campo para o Serviço Social, no sentido de informações sobre assistência, previdência e outros serviços que demandem os funcionários da escola. Assim, a rede socioassistencial criada para atender às famílias, pode ser utilizada para atendimento de funcionários também, que tenham tal necessidade.

Informações previdenciárias também entram nessa atuação, com a finalidade de situar os funcionários dos seus direitos dentro da instituição. Informações sobre os serviços sociais oferecidos pelo Colégio para seus funcionários, e administração dos mesmos quando necessário e cabível ao Serviço Social, como disposto no Art 8º do Código de Ética “a) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente”.

4. Acompanhamento do desempenho escolar

A proposta que se tem feito até o presente momento é de acompanhar os alunos, em especial aqueles que apresentam dificuldades que venham a interferir no seu desempenho e na sua inserção social no Colégio. Um dos meios possíveis de identificar essa demanda seria através do acompanhamento do desempenho acadêmico e anotações feitas em sala de aula pelos professores com relação ao comportamento do aluno. Esses

alunos são acompanhados pelo SOE, e a proposta é de que quando este serviço identificar uma demanda no plano familiar, sócio-econômico, de saúde, que tenha interferência direta ou indireta no sucesso escolar, possa fazer o encaminhamento para o Serviço Social.

Essa proposta de articulação com o SOE ainda não foi aceita pela direção da escola, visto que ainda não há um consenso se isto faz parte de fato das competências do Serviço Social. Vale à pena lembrar que dentro das atribuições do Serviço Social estabelecidas para o trabalho no Colégio Catarinense, está previsto o acompanhamento dos alunos bolsistas para a garantia da permanência e sucesso no Colégio, porém, se não há consenso de que o projeto de articulação com o SOE faça parte das atribuições do Serviço Social dentro da escola, então provavelmente não está clara a amplitude do trabalho que assistentes sociais podem desempenhar no âmbito escolar para garantir a permanência e o sucesso escolar.

5. Serviços Socioeducacionais²

Aqui entra no viés que Martins (2007) aponta no segundo eixo de possibilidade de atuação do Serviço Social na educação, que é o da prestação de serviços socioeducativos. Nesse caso, o Serviço Social no Colégio Catarinense atualmente presta serviços socioassistenciais com a garantia do acesso, e a proposta atual é de abordar a dimensão socioeducativa da profissão.

Esse dimensão encaixa-se quando pensamos sobre a função social da educação, e neste caso, a educação formal materializada na escola.

² Nota-se que este item foi o mais desenvolvido, por se tratar de uma experiência vivenciada no campo de estágio, ou seja, foi o espaço que mais tive contato e visualizei possibilidades de inserção e trabalho. Isto por ter me chamado a atenção o caráter das discussões dos encontros citados. Os professores que fizeram o projeto apresentado na tabela aqui mostrada, mostraram total aceitação da idéia de trabalho conjunto com o Serviço Social nas atividades que envolvem as noites de formação.

A educação organizada sob a forma de política pública se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização de valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. (ALMEIDA, 2011, p. 12).

No caso do Colégio Catarinense, os temas de cidadania, violência, drogas, escolha da profissão, entre outros temas tocantes ao cotidiano das crianças e adolescentes, estão presentes em atividades realizadas pela escola. Tais atividades não fazem parte do cotidiano do Serviço Social, ou seja, esta dimensão se faz presente na escola em questão, porém sem a atuação direta dos assistentes sociais. Esses temas são abordados em atividades em sala de aula e extra-classe, como olimpíadas temáticas e saídas a campo para visitar universidades, abrigos de crianças, e outras cidades, com a finalidade de proporcionar aos alunos o contato com outras realidades sociais. Estas são desenvolvidas pelo professores de diversas disciplinas, assim como os professores do Serviço de Orientação Religiosa (SOR), e do Serviço de Orientação Educacional (SOE).

Os bolsistas do Colégio, que estudam à noite, têm acesso aos mesmos tipos de atividades e debates promovidos com os alunos do diurno, que pagam mensalidade, não havendo então distinção nos conteúdos e atividades desenvolvidas dentro e fora da sala de aula.

Em uma reunião realizada com a direção e o Serviço Social do Colégio no período das férias de julho deste ano de 2011, o diretor geral questionou sobre a articulação do Serviço Social com o Serviço de Orientação Educacional (SOE), visto que a atuação de ambos os setores estão voltados para os alunos. Assim, foi levantada a possibilidade de incluir o Serviço Social em projetos pedagógicos extra-classe voltados para o Ensino Médio Noturno, com o objetivo de pensar projetos que possam ser financiados pela orçamento do projeto de bolsas de estudos, e tais projetos deverão ser feitos para complementar os aspectos pedagógicos e econômicos (auxílio para a participação nos projetos).

A participação do Serviço Social nesse tipo de atividade extra-classe inicialmente pode tomar a direção apenas econômica, no sentido de garantir a verba para a efetivar a participação dos alunos no projeto. Porém, além dessa dimensão, o trabalho pode seguir na direção de ter um espaço para abordar questões sociais presentes no cotidiano dos alunos ao participar do planejamento das atividades extra-classe. A direção a ser tomada não foi explicitada no registro da reunião citada.

Faz parte do projeto político pedagógico da escola a formação cidadã, baseada na Pedagogia Inaciana de cunho humanístico, que contempla as diretrizes curriculares nacionais, abordando temas transversais.

Segundo as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, a organização curricular do ensino médio precisa estar comprometida

[...] de um lado, com o novo significado do trabalho no contexto da globalização e, de outro, com o sujeito ativo, a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para se aprimorar, como tal, no mundo do trabalho e na prática social. Há, portanto, necessidade de se romper com modelos tradicionais, para que se alcancem os objetivos propostos para o Ensino Médio. (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, p.13).

Na perspectiva da Lei nº 9.394/96, que regulamenta a reforma curricular do Ensino Médio, o mesmo passa a ter objetivos que vão além da formação para habilitar para o exercício de uma profissão técnica. A partir da referida Lei, o Ensino Médio passa a ser a etapa final de uma educação de caráter geral “afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como ‘sujeito em situação’ – cidadão.” (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, 2000).

A partir disso, a proposta feita na reunião com a direção, o Serviço Social pode assumir um caráter mais amplo da possibilidade de atuação em conjunto com o Serviço de Orientação Educacional e Religiosa, através de processos formativos, como os encontros de formação da escola. Esses encontros de formação fazem parte do currículo e se desenvolvem fora da

sala de aula, num espaço próprio para isso, durante todo o horário de aula daquele dia. Os encontros acontecem oito vezes ao ano, quatro vezes por semestre.

O projeto dos encontros de formação tem por finalidade debater com os alunos, por série e turma, assuntos relacionados à cidadania, expressões da questão social e vida em sociedade, buscando promover também a interação entre os alunos e a escola, entre eles mesmos como seres sociais, compreendendo sua vida em sociedade e seu papel nela. Essa direção encontra-se primeiramente regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no Título I, Art 1º:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Assim como também é explicitado no Título II, Art 2º:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O processo educativo é seqüencial, portanto não pode ser tratado como pontual, e precisa de projetos que acompanhem e contribuam para o sucesso escolar, de forma a efetivar o projeto de educação cidadã proposto no projeto político-pedagógico do Colégio Catarinense, em seus objetivos específicos: “desenvolver ações e programas que fortaleçam a ética e a cidadania”.

Como exemplo dessas atividades, tive a oportunidade de participar de alguns desses encontros de formação, como estagiária, com os alunos bolsistas. Todas as noites de formação são guiadas por um tema pré-estabelecido, a partir de um planejamento feito pelos professores do SOE e SOR, responsáveis por essas atividades de formação. Os alunos, a partir do

tema, têm a oportunidade de explicitar suas opiniões, ouvir a opinião dos colegas, e debaterem a partir de seus conhecimentos e da sua realidade social, familiar e assim por diante.

Em um dos encontros que pude participar, os alunos foram levados a uma Casa Lar. Antes de sairmos do Colégio, tive a oportunidade de conversar com os alunos sobre a finalidade da casa lar. Primeiro perguntei se alguém conhecia ou já tinha ouvido falar em casa lar, e a maioria não sabia o que era. Então, comecei situando a casa lar como uma medida de abrigo, com a finalidade de proteção às crianças e aos adolescentes que tiveram seus direitos violados no convívio familiar. Expliquei sobre a ação do juizado de menores e o caráter temporário de abrigo da casa lar, e que o principal amparo legal está na Lei 8069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os alunos ouviram com atenção, mas não fizeram perguntas.

Partimos então para a instituição, e ao chegarmos lá, fomos recepcionados pelas crianças, e pelos funcionários da casa lar. Foi dada uma pequena explicação sobre como funciona a instituição e mais detalhadamente o que eu falei anteriormente para os alunos em sala de aula, foi explicado pela assistente social da casa lar. Quando foi aberto para perguntas, os alunos tiraram suas dúvidas sobre como o financiamento da instituição, como fazer doações, algumas dúvidas sobre adoção, e sobre como as crianças vivem a partir do momento em que são afastadas da família.

Ficou claro que a inserção do Serviço Social nesse tipo de atividade é importante e possível. A proposta tem finalidade com as funções e atribuições profissionais, e está subsidiada tanto pelo princípio citado do Código de Ética profissional, como também pela dimensão de atuação socioeducativa de que fala Martins (2007).

Para clarear o entendimento sobre essas atividades, abaixo está o quadro com a programação de temas abordados no ano de 2011 com os alunos do ensino médio noturno. O projeto das noites de formação segue uma lógica de temas para cada série, que vão se complementando:

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	
LÍDERES PARA UM MUNDO NOVO! Mt 7, 24-27 – Construir a casa sobre a rocha!	CONSTRUINDO O MUNDO E FAZENDO A DIFERENÇA! Ap 21,5: Eis que faço novas todas as coisas.	PROJETO DE VIDA: VIVENCIANDO O MAGIS NO SERVIÇO AOS DEMAIS! Mt 28,19-20: Ide! Eu estarei convosco! Preparando a partida, enviando em missão!	
<p>1. É PRA TODA A VIDA! A Juventude e os pressupostos para a liderança! Métodos de estudos, estilos de aprendizagem, modo inaciano de ser estudante. Despertar a “paixão por aprender”! Aplicar a janela de Johari; escrever os compromissos assumidos na turma tendo em vista de transformá-la a partir dos valores cristãos.</p>	<p>1. É PRA TODA A VIDA! ÉTICA: Nosso Modo de Proceder. Métodos de estudo, hábitos de aluno e ser estudante. Reflexão sobre vocação e projeto de vida a ser construído à luz do Princípio e Fundamento. Como nossa vocação condiciona nosso modo de proceder. Construir os marcos éticos e espirituais da turma.</p>	<p>1. É PRÁ TODA A VIDA! Métodos de estudo, hábitos de aluno e de estudante. Controle e administração do tempo. Princípio e fundamento: o ser humano é criado para o amor. Escolha profissional no horizonte do projeto de vida. Deve haver algo mais. Reflexão sobre ordenar a própria vida e os afetos. Retomada do projeto de vida das séries anteriores (Cápsula do tempo)</p>	
<p>2. CF 2011/Páscoa Justiça e Reconciliação. O sentido de justiça em relação ao compromisso pessoal e ao Planeta Terra. A acomodação e a não liderança. Compor o quadro das virtudes</p>	<p>2. CF 2011/Páscoa O mundo que queremos e o mundo que não queremos. Celebração da reconciliação. O mundo que é resultado de ações anti-éticas. E eu com isso?</p>	<p>2. CF 2011/Páscoa Quando tudo dá errado nas escolhas pessoais, comunitárias e planetárias. As crises e a oportunidade de crescimento. Terminar o encontro deixando-os</p>	

falando da reconciliação: passos e implicações para a turma na jornada de 2011.		cheios de dúvidas, percebendo quais são as armadilhas da terceira série. Painel com a participação de ex-alunos.	
3. VIVENCIANDO A ESPIRITUALIDADE INACIANA. A Sabedoria do Reino. Modelos de liderança. O modo de Jesus liderar e propor o Reino. Líderes contemporâneos e contra-modelos. Preparar a vivência transformadora: o mundo do anti-reino das drogas.	3. VIVENCIANDO A ESPIRITUALIDADE INACIANA. O Reino de Cristo: chamados a estar com Ele e participar da construção do Reino. O papel do estudante na construção do mundo novo. Ser protagonista! Trazer cenas impactantes da realidade. O marco referencial é Jesus. Trabalhar a dimensão do sonho!	3. VIVENCIANDO A ESPIRITUALIDADE INACIANA. A indiferença inaciana e a escolha vocacional. Profissão é pouco para um estudante inaciano. A escolha motivada pelo lema “querer ser mais!” Trabalhar o discernimento: os prós e os contras de nossas escolhas. Podemos mais quando nos conhecemos melhor.	
4. VIVÊNCIA TRANSFORMADORA Lar Recanto da Esperança/Valorização da Vida/Prevenção às Drogas. A virtude da veracidade. Experiência da 3ª Semana: para o adicto a droga se apresenta como fuga e gera a morte. Despertar os alunos para serem líderes na prevenção.	4. VIVÊNCIA TRANSFORMADORA Visitar alguma ONG que está fazendo a diferença na vida das pessoas, especialmente jovens. Pensar globalmente e agir localmente. Como a visita nos compromete a começar a agir? - Visitar o Projeto Fé e Alegria.	4. VIVÊNCIA TRANSFORMADORA Lar Recanto do Carinho. Aprofundar o sentido do voluntariado cristão. MT 25,31-46 – Estive preso e me visitaste. Perseverança, sentido de vida, vestibulares e projeto de vida. O modo inaciano de enfrentar os obstáculos.	NOTURNO: 1ª Série – Lar Recanto da Esperança; 2ª e 3ª Série: Casa Lar.
5. RELAÇÕES INTERPESSOAIS.	5. RELAÇÕES INTERPESSOAIS.	5. PROJETO DE VIDA: VISITA À UFSC.	

<p>Afetividade e Sexualidade. A virtude do amor e da prudência. O líder sabe lidar com as diferenças para compor o grupo em busca dos objetivos. Cuidados com a sexualidade, sentido da aparência. As armadilhas para meninos e meninas (prostituição, viver da aparência, ir na onda do grupo, erotização...) Somos templo do Espírito.</p>	<p>Afetividade e Sexualidade Um painel sobre sexualidade. Contexto introdutório: duas bandeiras, três graus de humildade. Dimensão cristã da sexualidade. Educação para o amor.</p>	<p>Uma visita e um debate sobre o ensino público e privado. Um quadro iluminador do que o estudante do CC vai encontrar no mundo universitário. Armadilhas e fortalezas da futura nova etapa. O permanente e o efêmero na vida estudantil. Fazer escolhas e ser crítico.</p>	
<p>6. PROJETO DE VIDA E ESCOLHA PROFISSIONAL. Família, tradição e opção de vida. O horizonte da decisão vocacional no contexto do serviço. Chamados a brilhar, líderes para um mundo novo. Retomar o Princípio e Fundamento. Ser estudante – janela de Johari.</p>	<p>6. VALORIZAÇÃO DA VIDA. Prevenção às Drogas/Álcool Cruz e drogas – no sistema de saúde pública e privada. Debate, painel e questionamento sobre compromissos concretos. A indústria das drogas lícitas e ilícitas.</p>	<p>6. PAINEL SOBRE TEMAS DA ATUALIDADE: - Bioética, Violência Social, Corrupção, Inclusão Social, Consumismo/Mídia, Mundo Virtual, O Jovem e as questões da Fé. Confirmar a visão inaciana ou não de nossos alunos. Ajudamos nossos alunos a pensar compromissados com os valores do Reino? 2ª Semana: nossa visão x nossas escolhas!</p>	
<p>7. OS VALORES DA FIDELIDADE E DA TEMPERANÇA. Os discípulos de</p>	<p>7. PROJETO DE VIDA E VOLUNTARIADO . A dimensão de</p>	<p>7. RECORDANDO E RECONTANDO A MINHA</p>	

<p>Emaús – uma experiência transformadora da caminhada. Deixar cair “as vendas dos olhos”. Trechos do filme “Ensaio sobre a cegueira”; momento pessoal de deserto, de confronto pessoal com as cegueiras.</p>	<p>ser e viver o Ad Amorem. Um debate. Afinal, qual o meu projeto pessoal de voluntariado? Que sentido dou a tudo que faço?</p>	<p>HISTÓRIA NO CC. Celebrando nossa história, fortalecendo laços, assumindo compromissos. O que fica desses anos de Catarinense? Compor o Estatuto do Estudante Inaciano. O encontro deveria encorajar a turma a realizar uma segunda vivência transformadora como compromisso em partilhar o que recebeu. Propor uma cápsula do tempo para abrir depois de dez anos. Que tal?</p>	
<p>8. VIVÊNCIA TRANSFORMADORA. Trazer os frutos da liderança inaciana aprendida e exercida num contexto de recuperação de adictos. Construir com os alunos a 2ª vivência transformadora.</p>	<p>8. VIVÊNCIA TRANSFORMADORA. A ser discutida e preparada pelos alunos (repetir a mesma vivência, outras propostas). Colheita dos frutos na busca de um mundo novo!</p>		

O projeto acima proporciona discussões que envolvem o cotidiano dos alunos em suas comunidades, vida em família, bem como os seus desafios para o futuro. A base do debate está na religião, como fica explícito no quadro acima, e de fato, durante as noites de formação, são feitas citações bíblicas, sejam nas mensagens planejadas pelos professores encarregados, ou até mesmo pelos alunos em suas falas. Esses encontros ainda não são espaços de intervenção do Serviço Social, mas propostas de

aproximação para o próximo ano estão sendo feitas durante o decorrer desse ano letivo. O motivo dessa participação ainda não ser efetiva, é o fato do Serviço Social estar se estabelecendo ainda no Colégio, como parte integrante da formação dos alunos e da estrutura, conquistando o seu espaço na instituição. Assim, é importante a participação do Serviço Social nesses encontros para proporcionar também uma aproximação e interação com o Serviço de Orientação Educacional e Religiosa (SOE e SOR).

A partir da participação nas noites de formação, pude visualizar possibilidades de intervenção do Serviço Social nessas atividades. As temáticas abordadas concernentes a questões da juventude, cidadania, entre outras, dão abertura para tal, além de ser um espaço de interação com o estudante, usuário do Serviço Social na escola.

Foi importante a presença nos encontros de formação para que, como estagiária, conseguisse enxergar um pouco do Serviço Social fora da sala de trabalho, dos papéis e formulários de alunos e ter esse contato direto, entendendo e captando muitas possibilidades de atuação do assistente social no âmbito escolar, bem como a amplitude da função social da escola, que muitas vezes é reduzida ao aprendizado técnico em sala de aula, e esquecidos os artigos 1º e 2º da LDB citados anteriormente.

Os projetos de formação do Colégio Catarinense ainda não são espaços de atuação direta do Serviço Social, devido ao trabalho demandado pelo processo de seleção dos alunos, configurando uma ação profissional, até o presente momento, voltada para o acesso. Trabalhar em conjunto com os Serviços de Orientação Pedagógica e Religiosa pode enriquecer esses encontros a partir de conhecimentos específicos do Serviço Social contribuindo na proposta dos encontros e com ela a formação dos alunos.

Assim, cabe ao serviço social, em uma primeira dimensão, problematizar a instituição em sua totalidade como estrutura de relações organizadas para a prestação de serviços de modo que o público-alvo específico da instituição tenha acesso a ela e, em uma segunda dimensão, propor e executar serviços concretos de acordo com o que é próprio do serviço social no contexto da especificidade da instituição. (REZENDE, p. 41).

Para os colégios jesuítas, o ensino-aprendizagem ocorre numa interação dialética entre o educador, educando e objeto de conhecimento. A escola é, por excelência, o espaço para o diálogo, a dúvida, a criatividade, as contradições, a solidariedade, a colaboração mútua. (Projeto Político-Pedagógico, 2011)

A dimensão pedagógica do trabalho do assistente social se faz presente desde o momento que entra em contato com usuário. E mais especificamente na escola, uma instituição que trabalha diretamente com educação, o Serviço Social tem possibilidades de exercer essa dimensão articulando-se com os demais profissionais da área educacional, como professores e orientadores educacionais que atuam no colégio, buscando efetivar o projeto de educação cidadã proposto no projeto político-pedagógico do Colégio Catarinense, em seus objetivos específicos: “desenvolver ações e programas que fortaleçam a ética e a cidadania”.

A dimensão educativa na prática do Serviço Social caracteriza-se não apenas pela a sua base epistemológica, mas, principalmente, pela possibilidade deste profissional trabalhar as características individuais, articuladas no coletivo dos sujeitos usuários dos serviços sociais. Assim como analisa Iamamoto (1999), o Serviço Social dispõe de uma dimensão prático-interventiva situada em um processo coletivo de trabalho, partilhado com outras categorias de profissionais que, juntos, contribuem na obtenção dos resultados ou produtos pretendidos. (SOUZA, p.1).

Dessa forma, retomando o paradigma da Pedagogia Inaciana da prática e experiência, o processo de ensino-aprendizagem é gradativo e demanda um aprofundamento sempre maior na sua complexidade e possibilidade onde o aluno possa visualizar além do seu espaço familiar e escolar, possa perceber, projetar e interagir na sociedade com um todo.

A direção acadêmica e pedagógica concorda que esse espaço de formação seria um caminho para que o Serviço Social contribuísse no processo educativo dos alunos, no qual poderia ser feito um projeto articulado com o SOE e SOR, trabalhando pontualmente alguns temas em especial.

Esse caminho seria um passo adiante, na visão da diretora acadêmica e pedagógica. Para ela, o próximo passo para o Serviço Social dentro do Colégio Catarinense, seria cumprir as políticas de acompanhamento com os alunos e suas famílias para garantir a permanência e o sucesso escolar, previstas na política de ação social da ASAV, já citadas anteriormente. Desta forma, tendo noção da amplitude do campo para atuação do assistente social dentro do Colégio, é necessário estabelecer prioridades de espaços a serem conquistados e ações a serem desenvolvidas.

No Colégio Catarinense, até o presente momento, as políticas que são executadas são as de número 1, de ordem geral; 2, relacionada à estrutura e organização; 3, relacionamento das escolas com a ASAV; 4, divulgação e identificação; 5, com o objetivo de contemplar as populações em condições sócio-econômicas vulneráveis, de risco; e 8, que prevê relatórios sobre os projetos (ver páginas 19-20); ou seja, as ações estão voltadas para o acesso, porém o processo de acompanhamento ainda não é feito.

Ainda dentro do viés do acesso a direitos, e apoiado nas políticas citadas, as possibilidades de acompanhamento são amplas, como escrito em um documento por um dos assistentes sociais do Colégio Catarinense:

Abrange ações educativas, críticas, preventivas e propositivas que intervenham, principalmente, na realidade social da família e do aluno. Realizando estudos socioeconômicos, encaminhamentos a programas sociais, atendimentos individuais, reuniões com as famílias, visitas domiciliares, estudos de casos, articulação com equipe interdisciplinar e intersetorialidade. (NUNES, 2001, p. 3).

Uma questão levantada pelo assistente social e supervisor de campo é que o Serviço Social não tem uma história dentro do Colégio, e o mesmo passou a ser necessário a partir do projeto de bolsas de estudos para famílias com determinado índice de carência, limitando, portanto, a ação profissional à burocracia.

Em contato com um dos assistentes sociais da escola, ficou claro que esse projeto de articulação com o SOE é um passo para ir além do trabalho burocrático que reduz a ação profissional ao tecnicismo, e também para cumprir as políticas de número 6 e 7 (ver página 20) estabelecidas pela ASAV e explicitadas no capítulo 1, com o intuito de fazer o acompanhamento dos alunos bolsistas referente ao seu desempenho e inserção no espaço da escola.

A opinião de um dos assistentes sociais da escola é que para o Serviço Social, para ir além das ações voltadas para o acesso, precisa ganhar mais visibilidade dentro do espaço escolar, para construir uma proposta de acompanhamento que seja entendida como necessária pelos demais profissionais da escola, inclusive a direção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a prática profissional do Assistente Social tem a especificidade de trabalhar com expressões variadas da questão social, não se atendo apenas à esfera técnica e unilateral. Assim, para que este processo de trabalho contribua no processo educacional, é preciso que seja crítico e participativo e esteja relacionado com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, baseada no conhecimento da realidade da escola e dos usuários da política de ação social, os alunos bolsistas e suas famílias.

A direção acadêmica e pedagógica trata de todos os assuntos relacionados aos alunos e professores, desde ações de cunho pedagógico, como projetos e atividades em sala de aula a serem desenvolvidas com os alunos; e de cunho administrativo, como grade de horários, entre outras, e faz a mediação com a direção geral da escola.

Segundo a diretora acadêmica e pedagógica do Colégio Catarinense, o Serviço Social tem um espaço mais amplo para atuação que não é ocupado hoje devido à grande demanda de trabalho burocrático com o projeto de bolsas de estudos.

Ficou implícito que a visão e ação do Serviço Social no colégio Catarinense está ligada ao critério econômico em primeiro plano, o que faz parte das atribuições do Serviço Social como profissão, mas que atividades que contribuam para o processo formativo dos alunos e também o trabalho com funcionários, são possíveis, há espaço para tal, e cabe ao Serviço Social planejar o processo de atuação para conquistar.

Não se trata, portanto, de ponderar ou especular sobre essa atuação apenas no interior dos estabelecimentos educacionais mais tradicionais como a escola. Pensar essa inserção dos assistentes sociais exige identificar que a política educacional engloba diferentes níveis e modalidades de educação: a educação básica que é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação para jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. A organização e execução desses diferentes níveis de educação e ensino cabem ao

Estado em seus três níveis de atuação: a união, os estados e os municípios. Destarte, é fundamental que não se perca a dimensão de totalidade na compreensão do significado que a política educacional tem a partir desse desenho institucional na relação entre o mundo da cultura e do trabalho, ou seja, no âmbito da dinâmica que particulariza as esferas da produção e da reprodução social. (ALMEIDA, 2005, p. 16-17).

Para propor uma expansão da atuação profissional, é preciso primeiro fazer uma explicação da amplitude do Serviço Social no âmbito escola, para que seja compreendido pelos outros profissionais do Colégio Catarinense o que faz um assistente social, além de trabalhar com o acesso dos alunos às bolsas de estudos.

Assim, é importante e necessário o trabalho no acesso às bolsas de estudos, porém limitar a ação profissional é reduzir o potencial de um trabalho interdisciplinar, a um trabalho feito em blocos, que se comunicam raramente.

Essa limitação pode implicar num ponto negativo no sentido de confirmar a visão de que o Serviço Social só tem tempo e recursos humanos para estar focado em viabilizar o acesso de bolsistas e que uma articulação com o Projeto Político-Pedagógico da escola é utopia.

Como citado anteriormente, a educação se configura como um importante instrumento de dominação ideológica e política, sendo, portanto, um campo de disputas e interesses diversos. A inserção do Serviço Social em tal campo demanda uma ação não só no sentido assistencial, explorando apenas uma dimensão profissional enraizada na prestação de serviços socioassistenciais. A dimensão política da profissão, que faz parte das lutas profissionais de longas datas, não pode ser ignorada num campo de tamanha disputa como o da educação e da cultura. Iamamoto (1992) trata a questão da educação de forma mais ampla, usando o termo “cultura”, que abrange muito mais que a educação formal aqui em questão.

A autora afirma que a cultura é um “jogo de conformismo e resistência”, e o entendimento desse processo é fundamental para o Serviço Social como profissão que trabalha diretamente com classes e suas correlações de forças, identificando a cultura, dentro dela a educação formal, como um elemento político.

Daí um desafio que temos, pela característica muito peculiar de nossa prática: o de decifrar o potencial político da cultura que preside o modo de vida e de trabalho das classes subalternas como um componente vivo e ativo da luta de classes e da constituição destas mesmas classes no processo de luta. (IAMAMOTO, 1992, p. 129-130).

Portanto, a proposta que se faz para a ampliação da atuação dos assistentes sociais dentro do Colégio Catarinense caminha no rumo de ir além das ações assistenciais, que não deixam de ser importantes e partes do cotidiano profissional, porém, não é possível ignorar o caráter político da educação, que clama pela dimensão política da profissão, entendendo o vínculo da cultura com a afirmação da cidadania e conquista de direitos.

É essa reavaliação da dimensão política da prática profissional e de seu vínculo com a cidadania de classe e com o aprofundamento da democratização ampla da vida social que pode nos conduzir a novas luzes na efetivação de um exercício profissional de nova qualidade, que contribua para o processo de construção de um novo bloco histórico na sociedade, com a hegemonia daqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam (IAMAMOTO, 1992, p. 130).

Ou seja, nada mais do que regulamenta o Código de Ética profissional ao estabelecer como um dos princípios “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”, bem como a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, sendo a educação um dos elementos fundamentais para a construção dessa nova ordem societária aclamada pelo Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação. In: Revista Inscrita, nº 6. Brasília, 2000.

_____. Parecer sobre os projetos de Lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. Caderno Especial n. 26 – edição 4 a 25 nov./2005. Disponível em [HTTP://assistentesocial.com.br](http://assistentesocial.com.br) Acesso: jan./2006.

_____. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 2003. (Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação, Belo Horizonte, mar. 2003).

AZEVEDO, J. M. L. de. “O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica”, *In*: Ferreira, N. S. C. e Aguiar, M. A. da S. (Orgs.) Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo; Cortez Editora, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Brasília-DF, 2000.

_____. Plano Nacional de Educação (2000-2010). Brasília-DF. Reimpressão 2010.

BACKX, Sheila. O Serviço Social na Educação. In: In: Rezende I; Cavalcante LF (orgs). Serviço Social e Políticas Sociais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; p. 121-137, 2006.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001

BURNIER, Thais Maria Sartori. A pedagogia de Freinet e o Serviço Social. Cadernos de Serviço Social, Campinas, n. 12, 1998.

CAMARDELO, Ana Maria. Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. In: Revista Serviço Social e Sociedade n 46. São Paulo: Cortez, 1994. p.138-150.

CEFESS. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília – DF, 2011.

COFI/CFESS. Atribuições privativas do assistente social em questão. Brasília: CFESS, Fev/2002.

COLÉGIO CATARINENSE. Projeto Político-Pedagógico. Florianópolis, 2011

_____. Manual de Atribuições da Equipe de Segmento do Colégio Catarinense, Florianópolis, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança/ Paulo Freire, tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol.1

FUENTES, Jose Luis. "Pedagogia Inaciana - uma visão sintética". Rio de Janeiro: Centro Pedagógico Pedro Arrupe, 1999. Texto digital.
<http://www.pedroarrupe.com.br/upload/pivisao.pdf>

GENTILI, Pablo. Desencanto y Utopia: La educación en el laberinto de los nuevos tiempos.,. Homo Sapiens Ediciones, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Educação e Serviço Social: Elo para a construção da Cidadania. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo, 2007.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. In: Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009

Pedagogia Inaciana. Uma proposta prática. Secretariado de Educação da Companhia de Jesus, São Paulo, Ed. Loyola, 1993.

REZENDE, I. Serviço Social: Sua especificidade como profissão. In: Rezende I; Cavalcante LF (orgs). Serviço Social e Políticas Sociais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2006, p. 25-46.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. Organização de Simon Schwartzman e Colin Brock; tradução de Ricardo Silveira. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SOUZA, Iris de L. Dimensão Educativa do Assistente Social na Educação Escolar. In:
http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/21_0.pdf